

Revista **Socialismo e Liberdade** nº27 | 2019

O DESMONTE DO SUS

Uma das grandes conquistas da Constituição de 1988 está ameaçada por cortes de verbas e pela medicina de negócios

DAVID HARVEY

Bolsonaro e Trump não vão durar. Há um renascimento da esquerda em várias partes do mundo

FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

**A chaga que
dilacera
indivíduos,
vulnerabiliza
famílias
e corrói a
sociedade**

Desemprego

Presidente
Francisvaldo Mendes de Souza

Diretor Técnico
Frederico de Oliveira Henriques

Diretor Administrativo-financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

Conselho de Curadores
Presidente: **Luiz Arnaldo Dias Campos**;
Membros efetivos: **Carolina de Paula Peters, Honório Luiz de Oliveira Rego, Ewerson Cláudio de Azevedo, José Carlos Miranda, Rosa Maria Marques, Haroldo Freitas Pires de Saboia**; Membros suplentes do Conselho de Curadores: **Rodolfo Vianna Baldocchi, Breno de Souza Rocha e José Luis Oca.**

Membros do Conselho Fiscal
Presidente: **Alexandre Varela**; Membros efetivos: **Leandro Tavares Fontes Coutinho e Miguel Tadeu Carvalho**; Membros suplentes do Conselho Fiscal: **Luciana Gomes de Araújo, Eliane da Silva.**

Conselho Editorial
**Áurea Carolina
Chico Alencar
Cid Benjamin
Denise Gentil
Edmilson Rodrigues
Gilmar Mauro
Glauber Braga
Guilherme Boulos
Haroldo Saboia
Ivan Valente
Jean Wyllys
José Paulo Neto
Luciana Araújo
Luciana Genro
Luiz Araújo
Luiza Erundina
Marcelo Freixo
Maria Rita Kehl
Michael Löwy
Milton Temer
Valerio Arcary**

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo. As ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Gilberto Maringoni**. Comitê Executivo: **Denise Simeão, Edson Carneiro Índio, Fernando Antônio Pinto da Silva, Luiz Arnaldo Dias Campos, Luiza Coppieters, Mário Azeredo, Odilon Guedes, Rodolfo Vianna, Rosa Maria Marques, Valerio Arcary**. Produtor editorial: **André Trindade**. Revisão: **Máritza Waleska Arruda**. Editoração Eletrônica: **Alternativa Mídia e Gestão**.

Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - Campos Elíseos, São Paulo/SP - Brasil - CEP: 01202-002. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br fundacao@laurocampos.org.br - [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos)
Tiragem: 10 mil exemplares.

S U M Á R I O

EDITORIAL _____	3
Francisvaldo Mendes de Souza	
DESEMPREGO EMPOBRECE, ADOECE E PARALISA MILHÕES _____	4
Edson Carneiro Índio	
ENTREVISTA: GLAUBER BRAGA É PRECISO TRATAR O EMPREGO COMO UM DIREITO GARANTIDO, E NÃO COMO UM FAVOR DO MERCADO _____	11
Francisvaldo Mendes Gilberto Maringoni	
A IMPORTÂNCIA DA SOBERANIA MONETÁRIA _____	17
José Luís Fevereiro	
ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS _____	20
Catarina de Almeida Santos	
A DESTRUIÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE _____	26
Rosa Maria Marques	
SEXUALIDADE E GÊNERO: UM MOVIMENTO PARA O SOCIALISMO E A LIBERDADE _____	33
Everton Vieira	
O ENCANTAMENTO DA BONANÇA: ESTADO E EMPODERAMENTO _____	37
Helena Vieira	
BOLSONARO E O GRANDE CAPITAL NO RASTRO DAS QUEIMADAS AMAZÔNICAS _____	40
Priscilla Cardoso Rodrigues Mônica Xavier de Medeiros	
ENTREVISTA: DAVID HARVEY BOLSONARO E TRUMP NÃO VÃO DURAR. HÁ EM VÁRIOS LUGARES UM RENASCIMENTO DA ESQUERDA _____	44
Francisvaldo Mendes	
O BREXIT DIVIDE O REINO UNIDO _____	50
Robério Paulino	
NOVOS VENTOS NAS ELEIÇÕES NA ARGENTINA _____	56
Monique Lemos	
O QUE MUDA EM 2020 NA CENA CONTINENTAL? _____	59
Gilberto Maringoni	
CORINGA: FOGO NO CIRCO ASSUSTA O ANDAR DE CIMA _____	63
João Paulo Rillo	
QUADRINHOS: ESPECIAL CHILE _____	65
Gilberto Maringoni	



E D I T O R I A L

É chegado ao final mais um ano de luta. O ano de 2019 foi peculiar no tamanho das dificuldades enfrentadas pela humanidade e pelo povo brasileiro, que apostou na mudança, mas colheu retrocessos e a valorização da ignorância.

Nossa batalha para valorizar as potências humanas de todas as pessoas contra essas estruturas sociais, políticas, ideológicas e culturais que predominam no Brasil, é nosso oxigênio para a busca das transformações. O que almejamos é uma grande unidade política marcada pelos timbres e tons da democracia em todas as suas dimensões. Para além de mais empregos, mais direitos e o valor da essência do ser humano para conquistar a dignidade.

Apresentar, portanto, exemplos de ações políticas favoráveis para o mar de transformação, que já ocorrem pelo continente e pelo mundo, é um grande desafio e alimento para nós. Bem como indicar as mazelas do capitalismo que precisam ser superadas para acumular forças de superação desse mundo desumano e desigual em todos os seus aspectos e formatos de explorações e opressões. Somos parte da maioria das pessoas, e com nossas diferenças construiremos grande síntese para conquistar um mundo que a vida esteja acima de tudo, respeitando e apoiando as variadas singularidades humanas.

Neste último número de nossa revista em 2019, já abrimos mostrando o quanto negativo o desemprego tem para a vida, para as pessoas que vivem da venda da força de trabalho, para todas as trabalhadoras

e todos os trabalhadores. São essas pessoas que alimentam de criatividade a periferia do nosso país e faz com que, do Sul ao Nordeste, possa ter uma grande sintonia que sirva como energia para as transformações que precisamos.

A grande objetificação imposta para as pessoas, em todas as suas singularidades e situações, precisa ser superada para uma trilha libertária de socialismo. Vivemos pressionados e angustiados com as injustiças do mundo pois não somos objetos, como nunca foram as negras e os negros, como nunca foi o povo indígena, como não são as mulheres, os jovens e as populações das quebradas da grande periferia do Brasil e do mundo.

Pessoas que são sujeitos de suas vidas conquistam as condições, com unidade, com plena convivência na diversidade, com muito respeito e apoio mútuo. Superar as condições que nos são impostas é criar um mar de conquistas nas ondas democráticas e nós assumimos, coletivamente, esse desafio, convocando para juntos seguirmos. Vamos nas águas das mudanças para fazer que a potência humana criativa seja a energia que nos unifique e nos fortaleça. Nossa revista é um convite e uma contribuição para os rumos da formação, organização e consciência que possa unir rios e mares na construção de uma sociedade com socialismo e liberdade.

Francisvaldo Mendes de Souza
Diretor-presidente da Fundação
Lauro Campos e Marielle Franco

DESEMPREGO

empobrece,
adoece e
paralisa milhões

O desemprego é um importante disciplinador da força de trabalho. Com medo de perder sua vaga, o trabalhador se mobiliza menos e protesta menos. No Brasil, a desocupação se acelera a partir de 2015. Ela teve a função de preparar o terreno para as reformas trabalhistas e previdenciária. Combater o desemprego é um dos principais caminhos para se mudar o país

Edson Carneiro Índio

Uma legião de espectros ronda o Brasil. Golpes, neofascismo, reformas neoliberais, privatizações, milícias, *fake news*, ameaças da volta do AI-5 etc. É extensa a lista das graves ameaças que espreitam a frágil democracia e a soberania do país, gerando enorme apreensão entre os setores progressistas e de esquerda.

A maioria da população, porém, está assombrada por outros “fantasmas” que já se fazem muito presentes no cotidiano de dificuldades e restrições. Elevação do

desemprego, queda dos rendimentos, endividamento das famílias e dificuldades para fazer frente às despesas básicas, como alimentação, aluguel, água, luz e a piora do serviço público como saúde, educação, transporte e moradia popular em função dos sucessivos cortes orçamentários promovem o empobrecimento e o aumento das desigualdades sociais. O quadro se agrava com o recente pacote de Medidas Provisórias e PECs anunciado por Bolsonaro no momento em que finalizávamos este artigo.

A falta de emprego ou de uma ocupação remunerada é uma das maiores preo-

cupações a causar angústia, desalento, paralisia, depressão e medo do futuro em muita gente. Segundo o Ipea, 52% dos lares brasileiros não dispõem de nenhuma renda proveniente do trabalho. Além de garantir a sobrevivência individual e familiar e de propiciar sociabilidade, o trabalho (formal) é a porta principal de entrada da proteção social no Brasil.

O desemprego se acelerou principalmente a partir de 2015, consequência da adoção de um ajuste fiscal que levou a economia à recessão e rápida escalada dos níveis de desocupação da força de trabalho.

A falta de emprego ou de uma ocupação remunerada é uma das maiores preocupações a causar angústia, desalento, paralisia, depressão e medo do futuro em muita gente. Segundo o Ipea, 52% dos lares brasileiros não dispõem de nenhuma renda proveniente do trabalho

Segundo o IBGE, em novembro de 2014, a taxa de desemprego era da ordem de 6,5%. Um ano depois, ela havia escalado o patamar de 9% e em março de 2016, pouco antes do *impeachment* da presidenta Dilma, chegava a 11,5%! Após o golpe, o pico se deu no início de 2017, chegando a 13,7%. Desde então, a taxa vem declinando a passos de tartaruga, puxada pela subocupação, o famoso bico. Em setembro de 2018, a marca estava em 11,9%, percentual que se mantém praticamente inalterado (11,8%).

O APERTO E O SALVE-SE COMO PUDE

Os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD)¹, ao final de setembro de 2019 são alarmantes. A taxa combinada de desocupação e subocupação atinge expressivos 18,7% da força de trabalho. Nada menos que 27,5 milhões de pessoas estão involuntariamente subutilizadas, somando 12,5 milhões de desempregados, 7 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas de trabalho e 4,7 milhões que se encontram no chamado desalento.

Essa última é a situação em que a pessoa desempregada não procurou emprego nos últimos dias anteriores à pesquisa, muitas vezes por não dispor de dinheiro para o transporte ou para se alimentar ou simplesmente pela desistência de bater de porta em porta das empresas e ouvir o desanimador “não há vagas”. No primeiro trimestre de 2019, nada menos que 3,3 milhões de pessoas estavam desempregadas há mais de dois anos, a maioria mulher.

“EMPREGO OU DIREITOS”

O desejo manifesto de Jair Bolsonaro, pelo qual o trabalhador tem de escolher entre ter emprego ou ter direito está se realizando, infelizmente. O amigo do Queiroz afirmou após a posse que os empregos no Brasil têm de beirar a informalidade e tudo faz para generalizar essa condição de trabalho, agravando uma realidade já bastante conhecida pelos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora, como a população negra, mulheres e LGBTs. O im-

1 PNAD Contínua, IBGE, in <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25814-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-24-0-no-trimestre-encerrado-em-setembro-de-2019>

O desemprego se acelerou principalmente a partir de 2015, consequência da adoção de um ajuste fiscal que levou a economia à recessão e à rápida escalada dos níveis de desocupação da força de trabalho. Segundo o IBGE, em novembro de 2014, a taxa de desemprego era da ordem de 6,5%. Um ano depois, ela havia escalado o patamar de 9% e em março de 2016, pouco antes do *impeachment* da presidenta Dilma, chegava a 11,5%! Após o golpe, o pico se deu no início de 2017, chegando a 13,7%

pacto da informalidade e da subocupação sobre a renda é brutal. Enquanto o rendimento médio da população ocupada é de R\$ 2.298, o ganho médio auferido pela parcela subocupada é de apenas R\$ 826.

Os assalariados sem carteira assinada chegam a 18,8 milhões de pessoas, sendo 11,8 milhões de empregados no setor privado sem vínculo formal, 4,5 milhões no trabalho doméstico sem carteira e 2,5 milhões de assalariados no setor público sem carteira assinada. Esses milhões de empregados sem vínculo formal não dispõem de várias garantias, como seguro-desemprego, fundo de garantia, férias ou abono salarial. Para completar esse quadro grave temos, ainda, 24,4 milhões de pessoas no trabalho por conta. É o salve-se quem e como puder. Outro dado a inspirar preocupações é o número de pessoas ocupadas e que não contribuem regularmente para a Previdência Social. Nada menos que 47,5 milhões de pessoas estão nessa situação de desproteção social e impossibilidade de acesso a benefícios como salário-maternidade, seguro-desemprego, auxílio-doença, acidente de trabalho, aposentadoria ou pensão.

IDENTIDADES CRISPADAS PELO TRABALHO

O desemprego atinge de maneira diferente setores sociais distintos. Entre jovens de 18 a 24 anos o martírio do desemprego bate em 25,8%. A alta incidência nessa faixa etária ajuda a explicar o fato de três empresas de entregas por aplicativo, Rappi, iFood e Uber Eats explorarem, apenas na cidade de São Paulo, trinta mil jovens que pedalam as próprias bicicletas com uma caixa de 45 quilos nas costas por um salário médio mensal de R\$ 936. Seis em cada dez trabalham 84 horas semanais, doze horas por dia, sete dias por semana.

De maneira geral, o alto desemprego nos últimos cinco anos empurrou um exército de trabalhadoras e trabalhadores para as plataformas digitais por aplicativos. Estima-se que as plataformas de mobilidade e de entrega de produtos como Uber, 99, Cabify e iFood têm juntas 5,5 milhões de profissionais cadastrados². Na maioria, autônomos que trabalham longas jornadas,

2 O Estado de São Paulo, in: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,5-5-milhoes-usam-apps-de-transporte-para-trabalhar,70002807114>

Os assalariados sem carteira assinada chegam a 18,8 milhões de pessoas, sendo 11,8 milhões de empregados no setor privado sem vínculo formal, 4,5 milhões no trabalho doméstico sem carteira e 2,5 milhões de assalariados no setor público sem carteira assinada

além de uns poucos que utilizam essas plataformas como complemento da renda do trabalho formal.

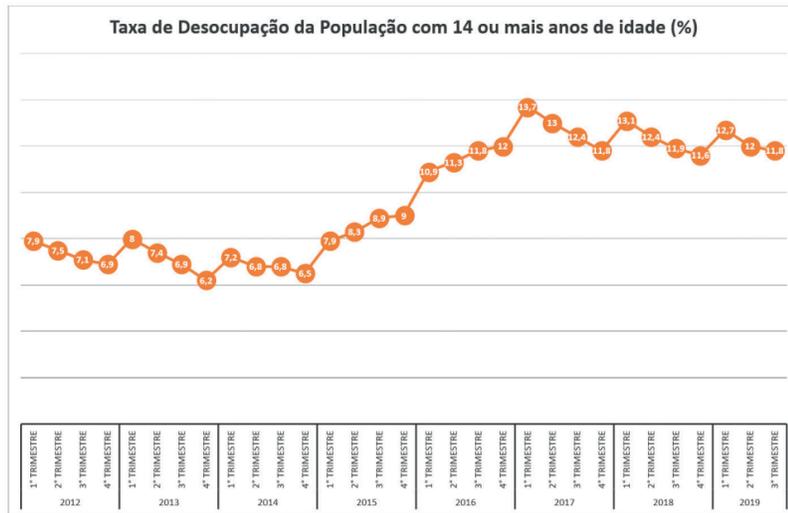
O desemprego também abate desigualmente as diversas regiões do país. É maior nas regiões metropolitanas (13,8%) que fora dos grandes centros urbanos (10,6%). No Nordeste, o desemprego é um flagelo que atinge 14,6% da população. Já na região Sul a taxa chega a 8% puxada por

Santa Catarina com “apenas” 6%. Na região Centro Oeste o desemprego também está abaixo da média nacional. A Bahia é o estado com o maior desemprego entre as unidades da federação, com 17,3%. O desemprego também tem sua divisão sexual. Castiga menos os homens (10,3%) e mais as mulheres (14,1%).

Segundo o IBGE, 63,7% das pessoas que se encontravam desempregadas ao final de



A uberização gera milhões de trabalhadores sem direitos ou garantias



ELABORAÇÃO PRÓPRIA. FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNAD Contínua, 2012-2019. Link: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>

2017 eram pretas ou pardas. Essa parcela é também amplamente majoritária (67%) entre os ambulantes do país³. O fosso se apresenta, também, na remuneração. Naquele ano, a média salarial entre os brancos era de R\$ 2.757 em contraste com a média auferida pelos pretos e pardos (classificação usada pelo Instituto) de R\$ 1.531.

A composição da parcela com vínculo formal é de 44 milhões de pessoas. Dessas, 33 milhões estão no setor privado, 1,8 mi-

lhões no emprego doméstico com carteira assinada, além de 7,9 milhões de servidores públicos estatutários e militares. Não é incomum encontrar nesse contingente “formalizado” pessoas que ajudam financeiramente filhos adultos, parentes ou amigos desempregados. O mesmo acontece com milhões de pessoas, na maioria idosas, que usam parte do benefício previdenciário ou assistencial para compor o orçamento da família, conformando o colchão que amortece a grave crise social que está instalada em nosso país. Para a parcela ainda empregada no setor privado, o fantasma do desemprego é um espectro a tirar o sono e a causar insegurança e medo

³ IPEA. Carta de Conjuntura número 44, 2019, In: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,5-5-milhoes-usam-apps-de-transporte-para-trabalhar,70002807114>

da demissão. Para os demais, esse fantasma encarna um cotidiano dramático de carências, restrições, humilhação e dor.

PLENO EMPREGO, AJUSTE FISCAL E GOLPE

Os três primeiros governos presididos pelo PT lograram significativa redução do desemprego e aumento da formalização do trabalho com o impulso inicial do cenário internacional favorável até à irrupção da crise em 2008. A economia brasileira se beneficiou do forte crescimento econômico internacional, em particular da China, da elevação dos preços e da demanda externa por *commodities*, com impactos importantes nos indicadores do mercado de trabalho.

Outra variável importante foi o dinamismo do mercado interno fruto das políticas de estímulos à demanda, como a valorização do salário mínimo, a ampliação do crédito, elevação do investimento público e aumento das políticas públicas de transferências de renda. Assim, a taxa média do crescimento do PIB entre 2004 a 2010 foi da ordem de 4,5%, contra uma variação de apenas 1,6% do produto no período de 1998 a 2003⁴.

A crise internacional não tardou a afetar

⁴ DIEESE, Impactos da recessão econômica e do ajuste fiscal sobre o mercado de trabalho no Brasil, maio de 2016, In: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec159recessaoAjusteFiscal.pdf>

Segundo o IBGE, 63,7% das pessoas que se encontravam desempregadas ao final de 2017 eram pretas ou pardas. Essa parcela é amplamente majoritária (67%) entre os ambulantes do país. O fosso se apresenta, também, na remuneração. Naquele ano, a média salarial entre os brancos era de R\$ 2.757 em contraste com a média auferida pelos pretos e pardos (classificação usada pelo Instituto) de R\$ 1.531



ELABORAÇÃO PRÓPRIA. FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Link: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101680_informativo.pdf

a economia brasileira. Ao final de 2014, o governo optou por um ajuste fiscal que agravou a desaceleração econômica já em curso. Cortes dos gastos públicos, elevação da taxa de juros, aumento das tarifas de energia elétrica, dos preços dos combustíveis, desinvestimentos nos setores de petróleo, gás e construção civil, entre outras medidas restritivas levaram o país à recessão e aumento do desemprego.

Essas medidas teriam alto custo político, pois desarmou o campo popular e facilitou a ofensiva da direita que já articulava as manobras para derrubar o governo da presidenta Dilma.

Se em 2014 a variação do Produto Interno Bruto (PIB) foi 0,1%, em 2015 o produto desabou 3,8% e a demanda doméstica despencou 6,5%, alterando uma trajetória positiva do mercado interno sobre a variação do PIB desde 2004. Essa situação foi agravada pela crise política instalada pelas manobras da direita e pelos reflexos da operação Lava-Jato sobre os níveis de emprego na construção civil e nas cadeias do petróleo e gás.

Após o golpe de 2016, a aprovação da Emenda Constitucional 95 institucionalizou um torniquete fiscal duradouro com efeitos evidentes sobre a atividade econômica já garroteada.

DISCURSO SURRADO

Com o surrado discurso de que o desemprego é consequência do excesso de regulamentação e rigidez do mercado de trabalho, os promotores do golpe aprovaram uma reforma trabalhista que legalizou diversas formas de contratação barata e precária da força

de trabalho, institucionalizando o bico e o subemprego. Além das medidas de desregulação do trabalho, a política econômica adotada desde o governo Temer agravou o viés contracionista e recessivo. Ao final de 2016, o PIB marcaria um mergulho de 3,6% que elevou o desemprego ao patamar de 12% e seguiria – como já mencionado – em marcha ascendente até o primeiro trimestre de 2017, quando bateu 13,7%.

O governo Bolsonaro com o ultraliberal Paulo Guedes à frente do Ministério da Fazenda arrojou, ainda mais, o garrote sobre investimentos e gastos estatais nas mais diversas áreas. Aprovou uma reforma da Previdência pela qual o Estado deixará de repassar aos trabalhadores e trabalhadoras cerca de R\$ 4,5 trilhões em vinte anos, reduzindo fortemente a renda e o poder de compra das famílias e a atividade econômica do país. Em meio à queda dos rendimentos do trabalho, Bolsonaro patrocina o fim da política de valorização do salário mínimo, que foi fundamental para reduzir desigualdades e ampliar a demanda interna. Se dependesse apenas da correção pela inflação do ano anterior, como acaba fazer Bolsonaro, o valor do salário mínimo seria hoje de apenas R\$ 573.

DESEMPREGO COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL

O desemprego atua quase sempre como disciplinador da rebeldia das forças do trabalho contra o capital, além de ser muito eficiente para pressionar para baixo os salários. A rigor, é um mecanismo efetivo de controle social. O levantamento anual do



Dieese sobre negociações salariais e balanço das greves confirma o fenômeno.

Em 2013, o levantamento apontou 1.112 greves no setor privado. Em 2014, os trabalhadores brasileiros cruzaram os braços em 1012 greves. Em 2015 o número caiu para 966 e teve pequena oscilação positiva no ano seguinte, com 1000 paralisações, mas despencou para 748 greves em 2017. O número de movimentos paradedistas manteve trajetória de queda em 2018, com 655 paralisações, sendo 369 no primeiro semestre⁵.

Durante os primeiros seis meses de governo Bolsonaro houve apenas 268 greves no setor privado o país. O altíssimo desemprego ajuda a explicar as dificuldades de mobilização da classe trabalhadora, em particular em um momento em que os níveis de desocupação estacionaram em patamar tão elevado.

NECESSIDADES REAIS DAS PESSOAS

A luta para derrotar Bolsonaro e os projetos do capital financeiro em curso exige uma forte conexão das esquerdas com as necessidades mais sentidas pelo povo. Iniciativa que merece apoio é o projeto apresentado pelo nosso bravo deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ), que instituiu o Fundo Nacional de Garantia do Emprego.

O projeto visa garantir pleno emprego, redução das desigualdades sociais e regionais, desenvolvimento econômico, social e ambiental, estabelecendo um Estado garantidor de emprego da força de trabalho excedente. Com execução a partir dos municípios, o projeto prevê recursos financeiros orientados ao atendimento das demandas nas áreas de infraestrutura social como moradia, saneamento básico, cultura, esporte, lazer e cuidados aos idosos e demais necessitados, além de recompor o reflorestamento e reparação de danos ambientais.

Com a proposta, o deputado Glauber Braga vai na jugular do discurso que advoga uma falsa crise fiscal para justificar o desmonte do papel social do Estado e orientador do desenvolvimento econômico do país. Num cenário persistente de capacidade ociosa, o projeto vai à raiz do problema e não se intimida em afirmar que

⁵ Dieese, Estudos e Pesquisas, Balanço das Greves 2018. In: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2018/estPesq89balancoGreves2018.html>

Diante das dificuldades de mobilização neste momento é fundamental obter vitórias parciais. Nesse sentido, é muito importante estimular lutas por medidas emergenciais, como passe livre para pessoas desempregadas, moratória de impostos (como o IPTU), tarifas sociais de água, luz, gás de cozinha, frentes de trabalho, retomada das obras e investimentos públicos

“é o gasto do governo que cria moeda e não a disponibilidade de moeda que viabiliza os gastos do governo”.

Merece atenção, também, a iniciativa unitária dos partidos de esquerda no Congresso Nacional, como o PSOL, que apre-

sentaram quinze medidas emergenciais como a reativação do programa Minha Casa Minha Vida e das obras paralisadas, aumento real do salário mínimo, expansão do Bolsa Família, renegociação das dívidas das famílias, correção da tabela de imposto de renda e fim das privatizações, entre outras medidas, com capacidade de criar, no curto e médio prazos, mais de sete milhões de novos postos de trabalho.

Assessoradas pelo Dieese, as centrais sindicais também vêm defendendo um conjunto de medidas de combate ao desemprego e à queda da renda. Combate à informalidade, ampliação das parcelas do seguro-desemprego e das políticas de amparo aos desempregados e promoção de direitos para os trabalhadores de aplicativos compõem as propostas unitárias das centrais sindicais. Num quadro de aceleração da introdução de novas tecnologias poupadoras de trabalho humano, recoloca-se, também, a necessidade da redução da jornada de trabalho, que no Brasil se afigura como uma das mais elevadas do mundo.

Os cálculos realizados pelo Dieese apontam para a geração de mais de 3,5 milhões de novos postos de trabalho com a redução de 44 para 40 horas de trabalho semanal. A diminuição da jornada máxima legal de trabalho se tornou ainda mais urgente após a aprovação da reforma da Previdência que estendeu, em vários anos, o tempo de vida destinado ao trabalho. Muito mais anos de trabalho ao longo da vida requer redução na jornada laboral diária e semanal.

Diante das dificuldades de mobilização neste momento é fundamental obter vitórias parciais. Nesse sentido, é muito importante estimular lutas por medidas emergenciais, como passe livre para pessoas desempregadas, moratória de impostos (como o IPTU), tarifas sociais de água, luz, gás de cozinha, frentes de trabalho, retomada das obras e investimentos públicos. Essas lutas imediatas podem dar musculatura social para enfrentar o desmonte do Estado, as privatizações, as ameaças à soberania nacional e à democracia.



Edson Carneiro
Índio é secretário-geral da Intersindical



Entrevista

Glauber Braga

É preciso tratar o emprego como um direito garantido, e não como um favor do mercado

Para o parlamentar do PSOL, a economia privada “precisa do estímulo do desemprego elevado para facilitar o seu processo de negociação com os trabalhadores” O objetivo é “domesticar a força de trabalho”.

FRANCISVALDO MENDES
GILBERTO MARINGONI

“Eduardo Cunha, você é um gangster. O que dá sustentação à sua cadeira cheira a enxofre. Eu voto por aqueles que nunca escolheram o lado fácil da história. Voto por Marighella, por Plínio de Arruda Sam-

paio, por Luis Carlos Prestes, eu voto por Olga Benário, eu voto por Zumbi dos Palmares, eu voto não!”

As palavras acima viralizaram por todas as redes e mídias na dramática noite de 17 de abril de 2016. Quem as pronunciou ao microfone, na tumultuada sessão que selou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, foi um deputado federal

até então pouco conhecido além das divisas de seu estado natal, o Rio de Janeiro. A partir dali, o nome de Glauber Braga, então com 34 anos, tornou-se nacionalmente conhecido. A incessante e corajosa atividade parlamentar granjeou ódio por parte da direita e admiração e apoios crescentes nos setores populares.

Eduardo Cunha trabalhava na política de atacado, comprando parlamentares, apoio político e fazendo negócios com todo tipo de ação governamental, por meio de seu poder como deputado federal. Agora, estamos falando de uma família que tem relações estreitas com a milícia do estado do Rio de Janeiro

Nesta entrevista à Socialismo e Liberdade, Glauber fala da situação nacional, do avanço da extrema direita e da necessidade de a esquerda se voltar aos problemas reais da vida do povo, como emprego, salário e sobrevivência nesses duros tempos de Bolsonaro.

Como o senhor analisa o primeiro ano do governo Bolsonaro?

O momento é de preocupação com o



avanço da direita, mas não nos lamentarmos. É necessário organizar a luta para enfrentar os pilares de sustentação do governo de Jair Bolsonaro. Esses pilares são, prioritariamente, três. Em primeiro, está o pilar econômico, a agenda ultraliberal, colocada em prática com o desmonte do Estado brasileiro no conjunto das suas garantias sociais, numa ação que subordina os interesses de um desenvolvimento próprio do Brasil aos interesses de grandes corporações e de outros Estados Nacionais – sobretudo, a adesão que faz o governo Bolsonaro ao governo Donald Trump. A segunda estrutura, é a ampliação do Estado penal, policial e punitivo, que tem como principal figura pública Sérgio Moro. E a terceira estruturação é a dos chamados capítulos ideológicos que tem como principal figura pública Olavo de Carvalho, além dos próprios filhos do presidente, da ministra Damares Alves e do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Na votação do impeachment, o senhor enfrentou o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, chamando-o de gangster. Há semelhanças entre Cunha e Bolsonaro?

Eles buscam objetivos parecidos, com características bem diferentes. Cunha trabalhava na política de atacado, comprando parlamentares, apoio político e fazendo negócios com todo tipo de ação governamental, por meio do poder como deputado federal. Agora, estamos falando de uma família que tem relações estreitas com a milícia do estado do Rio de Janeiro e que, propagando uma “nova política”, exhibe as mesmas práticas de fortalecimento da política do “toma lá, dá cá” no varejo. A diferença é o fortalecimento de forças paramilitares. Aquilo que se apresentava como suspeita se transformou em uma realidade concreta. Há provas de que o representante do Escritório do Crime, atualmente foragido, nomeou a ex-companheira e a mãe no gabinete de Flávio Bolsonaro. Este alega que a iniciativa foi do Queiroz, que serviu com esse mesmo agente, que seria o Escritório do Crime. Estamos falando de uma família com relações estreitas com a milícia. Portanto, o objetivo patrimonial e financeiro é parecido, mas as características da política de Eduardo Cunha e de Jair Bolsonaro são diferentes.

Nunca tivemos o crime organizado entranhado na estrutura do Estado, tal como agora. O que isso muda na política brasileira e na relação com a sociedade?

Muda muito. Aquilo que o estado do Rio de Janeiro já viu – uma política baseada na dominação de territórios e na eliminação física de adversários – ganha uma dimensão nacional, com a força da presidência da República. Dos quatro parlamentares do PSOL pelo estado do Rio, três tiveram ameaças formalizadas, o que pede uma escolta permanente. Olhe o que é a representação

disso na violência política. Veja a execução de Marielle e de Anderson. Essa turma ganhou poder nacional. E isso faz com que eles, o tempo inteiro, ampliem o poder e façam ameaças de fechamento de regime, contando com essas forças milicianas ao seu redor.

Por que o governo e seus apoiadores volta e meia ameaçam com uma volta à ditadura?

Essas ameaças são testes. O bolsonarismo que está mais ligado ao olavismo não

Precisamos ter frentes de resistência ao projeto bolsonarista. Frente parlamentar, frente social e frente dos movimentos. Elas têm de se basear no enfrentamento das agendas ultraliberais

tem dificuldade alguma em exercer sua força para que esse fechamento seja realizado. Ao mesmo tempo, acho que não podemos cair em uma armadilha. Uma parte daquelas que se apresentam como uma direita mais domesticada, ou mais racional, joga o que seria a boia de salvação para toda a sociedade brasileira contra o fechamento de regime. Com isso, gera uma cortina de fumaça para continuar tocando a política de desmonte do Estado, de privatizações, de demonização do funcionalismo público, de entrega das reservas de petróleo, de entrega do sistema elétrico brasileiro. Não podemos ter uma política que seja menos contundente com figuras como Rodrigo Maia e companhia. Elas tocam semanalmente, na Câmara dos Deputados, essa política de desmonte do Estado nas garantias sociais, com a implementação da agenda ultraliberal. Se, em determinado momento, temos alianças um pouco mais amplas contra o fechamento de regime, isso não pode ser um sinônimo de não fazer o enfrentamento necessário àqueles que são representantes de uma política de submissão do Brasil e de terra arrasada no que diz respeito a direitos e garantias sociais – aqueles que se apresentam como a direita domesticada.

Outro fato novo é o governo contar com apoio de alguns integrantes das Forças Armadas. Na sua opinião, existe essa aliança entre governo e Forças Armadas?

Existe, mas acho que precisamos colocar elementos novos. O primeiro foi o racha acontecido nas Forças Armadas a partir da política do próprio Jair Bolsonaro. Ele priorizou a defesa dos interesses de quem está no topo da hierarquia, dos oficiais, e excluiu garantias e direitos de quem está na base. A previdência dos militares foi o

GLAUBER POR ELE MESMO

“Eu sou de uma família de brizolistas. Minha mãe, Saudade Braga, é médica, de Natal (RN). Ela foi prefeita de Nova Friburgo (RJ) entre 2001-08, por dois mandatos, e rompeu com um revezamento das elites locais no poder. Venceu uma eleição completamente inusitada, sendo nordestina e mulher. Ela realizava um importante trabalho de base. Na época, não existia médico de família, mas ela já atuava nas unidades escolares das periferias e na zona rural do município. Atuava no PDT. No primeiro mandato, de 19 vereadores, só dois davam sustentação ao governo. A administração se sustentou na rua para não cair, pois tentaram derrubá-la de todos os jeitos. Hoje, ela está afastada da militân-

cia cotidiana, mas participa do meu mandato como torcedora e conselheira.

Minha filiação partidária inicial foi no PSB, tendo como referências figuras como Miguel Arraes, Luiza Erundina e Roberto Amaral. O PSB, diferentemente do PSOL, não se organizava por correntes, mas éramos considerados a esquerda do partido. Eu me elegei deputado federal em 2006. Quando o PSB resolveu apoiar o Aécio Neves no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, o partido acabou como instrumento político de transformação para mim. E a melhor solução foi vir para o PSOL”



Não dá para se discutir uma política de segurança sem tocar em um assunto tabu, que é a política de drogas. Um exemplo internacional a ser lembrado é o de Portugal. Lá se faz uma discussão sobre o uso abusivo de drogas como questão de saúde pública, e não como uma política de ampliação do controle das comunidades periféricas



primeiro grande baque na hegemonia que Bolsonaro sempre teve, pelo menos nas últimas eleições, no interior das Forças Armadas. Ele privilegia quem está no topo, como os que compõem o ministério. Os da base ficam submetidos a uma política regressiva e de perda de rendimentos. A maioria dos militares não está no topo da hierarquia. Numericamente, estamos falando de 80% deles, que estão na base e que não são, necessariamente, oficiais. Ao mesmo tempo, parte significativa dos militares não embarca no governo por considerar o gesto uma aventura. Um exemplo disso são as ameaças que Eduardo Bolsonaro faz de uma guerra contra a Venezuela. Parte significativa dos militares não entram nessa aventura, inclusive por pragmatismo, porque sabem que a entrada numa guerra tem consequência incalculáveis para o Brasil. Essa aliança é inegável, mas ela já foi mais forte e mais homogênea.

A grande mídia ataca o governo e a política institucional, mas apoia a agenda econômica. Por quê?

Alguém tem dúvida que o lavajatismo for-

taleceu o bolsonarismo? Eu não tenho nenhuma dúvida. Esses mesmos veículos que fortaleceram o lavajatismo e, consequentemente, o bolsonarismo, agora procuram estabelecer limites para o próprio bolsonarismo. Mas não abandonam por completo figuras como Sergio Moro e companhia. Na minha avaliação, é um movimento dúbio. Inclusive, porque a agenda lavajatista de ampliação do Estado penal, policial e punitivo é funcional para a agenda ultraliberal, que é extremamente impopular.

Recentemente, fui fazer um bate-papo com estudantes em Acari, bairro do Rio de Janeiro. Eu perguntava sobre as medidas adotadas ainda pelo governo Temer. Reforma da Previdência? Todo mundo era contra. Reforma trabalhista? Todos contra. Privatizações? Contra. O Temer, se chegasse ali, não conseguiria sair. E aí surge, no decorrer da conversa, uma discussão sobre mandados coletivos de busca e apreensão, ou autorização judicial para entrar em várias residências ao mesmo tempo. Nesse momento, o pessoal rachou. Metade era a favor e metade era contra. E nós estávamos em uma comunidade que sofre as consequências desse tipo de medida judicial. Essa agenda punitivista atravessa o imaginário brasileiro com muita força. Quando se tem uma agenda extremamente impopular, é preciso equilibrar esse jogo com uma agenda que, necessariamente, seja mais popular. O lavajatismo e a agenda de ampliação do Estado policial servem, também, para a agenda da ampliação do desmonte, com a pauta ultraliberal, ao desfocar, muitas vezes, aquilo que é uma agenda que, se dependesse exclusivamente do povo, seria rejeitada majoritariamente. Estão aí as pesquisas de opinião mostrando que a maioria do povo brasileiro é contra rodadas de privatização. A cada dez brasileiros, de seis a sete se manifestam contra privatizações. A agenda do Estado policial vem para equilibrar isso. Então, parte desses segmentos que tentam impor limites ao bolsonarismo continua estimulando essa agenda que fortalece o governo.

Por que a esquerda não conseguiu ter um projeto de segurança alternativo?

Precisamos fazer uma autocrítica. A esquerda se esconde dessa discussão. Não existe batalha que seja vencida se ela não for disputada. Se tem uma votação de ampliação de pena no plenário da Câmara dos



É impossível pensar em redução do desemprego com a vigência da EC do Teto de Gastos. Defendemos sua revogação. Isso não existe em nenhum lugar do mundo e reduz recursos voltados para direitos e garantias sociais



Deputados, conta-se nos dedos os parlamentares que vão fazer o enfrentamento a esse tipo de agenda. Se você fica com medo de uma discussão porque ela é impopular, você já perdeu, porque o adversário vai ter uma profunda capacidade de te enquadrar. Temos de fazer enfrentamentos onde não temos maioria social. Um exemplo é a presunção de inocência e dos julgamentos em segunda instância. Temos que fazer essa disputa e mostrar o que ocorre: há mais de um milhão de pessoas passando pelas unidades prisionais por ano. E o sentimento de insegurança social só se amplia. Nós temos propostas em relação à segurança pública? Temos. E precisamos fazer um enfrentamento que se contraponha à agenda de ampliação do Estado penal, policial punitivo total com a apresentação daquelas que são as nossas propostas. Como esquerda, não devemos ter dificuldade de discutir, por exemplo, ampliação do controle de fronteiras no que diz respeito à circulação de armamento no território nacional, política que é constantemente desmontada pelos governos de plantão – Temer, Bolsonaro e companhia. Veja um exemplo: o Rio de Janeiro não tem fábricas de fuzis. Todo mundo fala da entrada desse tipo de arma pela baía de Guanabara. Muitos dos que facilitam essa entrada podem estar ligados e relacionados aos poderes, como se viu com a prisão daquele que seria o executor de Marielle, o Ronnie Lessa. Ele possuía uma grande quantidade de fuzis. E mais, não dá para discutir diminuição de violência no Brasil sem discutir as unidades prisionais brasileiras. Apresentei uma proposta que cria um Plano Nacional de Educação nas unidades prisionais, atuando diretamente sobre a política de hiperencarceramento. A proposta trabalha a remissão mas, ao mesmo tempo, trabalha alternativas para a garantia de direito de quem está nas unidades. É algo óbvio: se não houver direitos para os encarcerados, quando essa pessoa sair da unidade prisional, haverá um fortalecimento da espiral da violência. Não dá para se discutir uma política de segurança sem tocar em um assunto tabu, que é a política de drogas. Um exemplo internacional a ser lembrado é o de Portugal. Lá se faz uma discussão sobre o uso abusivo de drogas como questão de saúde pública, e não como aqui, uma política de ampliação do controle das comunidades periféricas, com o genocídio da po-



pulação negra. O argumento é que assim se controla a droga, o que não é verdadeiro. Além disso, é inadmissível que o Brasil não tenha um plano nacional de redução de homicídios, se temos mais de 60 mil pessoas assassinadas por ano. Nós temos, sim, propostas. Não podemos ter medo de enfrentar a ultradireita, que repete as práticas que já não deram certo e que só ampliam a política de violência no nosso país. Isso serve muito bem para eleger deputado bolsonarista, mas serve muito pouco para se reduzir a violência.

Embora os indicadores falem em 13% de desemprego no Brasil, com a precarização, com a difusão do bico e com o trabalho intermitente, esse índice mais do que dobra, alcançando mais de 40% da população. O senhor apresentou um projeto para se atingir o pleno emprego no país. Qual é a ideia central?

Fizemos uma discussão com economistas da liderança do PSOL e estabelecemos o emprego não um favor do mercado, mas um direito a ser garantido, que inclusive está na Constituição. E colocamos o Estado como o empregador de última instância. A proposta cria um fundo gerido prioritariamente por trabalhadores e por segmentos da sociedade civil organizada, direcionado para a garantia do emprego. Ele se diferencia de políticas de renda mínima, que já contam com propostas apresentadas, porque dá um foco às pessoas que estão desempregadas, garantindo, pelo menos, um salário mínimo de rendimento a cada uma e será operacionalizado com recursos do orçamento da União.

E existem recursos para isso?

Se o tipo de prioridade orçamentária que temos hoje for mantida, de fato, não teremos recursos. Mas estamos trabalhando com uma lógica que modifique as prioridades. Estamos falando de 2% do PIB brasileiro para, aproximadamente, os 13 milhões de desempregados que temos hoje. Se formos fazer uma comparação com o que se paga de juros, sem entrar na lógica ou na discussão da demonização ou não do pagamento da dívida, destinamos em torno de 6% do PIB para juros e amortização. E aqui estamos falando de 2% para uma política que seria de pleno emprego! Nossa proposta, objetivamente, é a seguinte: avalia-se que, em um determinado município do



ESOLINA DAMARA

“ Não podemos perder nossa radicalidade, no sentido de irmos à raiz dos problemas. Não podemos ter, numa eleição municipal, medo de falar em socialismo. Mas precisamos falar em socialismo vinculado à vida real das pessoas ”

Nordeste brasileiro, haja 20% de desempregados. Então, nesse município, o fundo se voltaria para garantir emprego para esses desempregados. O projeto foi atacadíssimo por pensadores e políticos ultraliberais. É curioso. Se é algo extremamente absurdo e que não mereça nenhum tipo de atenção, não se deveria criticar. Mas a proposta não está isolada. Uma parte daqueles que trabalham na campanha do Bernie Sanders vêm apresentando sugestões parecidas a essa. Existe um programa semelhante na Índia, reconhecido pelo Banco Mundial. A ideia central, repito, é tratar o emprego como um direito garantido, e não como um favor do mercado. Mas o mercado não aceita isso porque precisa do estímulo do desemprego elevado para facilitar o processo de “negociação” com os trabalhadores, aquilo que eles chamam de “domesticação da força de trabalho”.

Essa proposta é possível com a vigência da Emenda Constitucional 95, a do teto de gastos?

É impossível. Por isso, no texto da proposta, defendemos a revogação da Emenda Constitucional que estabeleceu um teto de gastos. Isso não existe em nenhum lugar do mundo e reduz recursos voltados para direitos e garantias sociais, que serão drenados para o pagamento de juros, amortização da dívida. Além disso, facilitam a entrada do setor privado em áreas como educação e saúde.

As forças democráticas e de esquerda podem atuar conjuntamente no Congresso?

Precisamos ter frentes de resistência ao projeto bolsonarista. Frente parlamentar, frente social e frente dos movimentos. Agora, a viabilização disso como uma ação eleitoral, na minha opinião, tem que estar baseada em programas municipais de enfrentamento às agendas ultraliberais. Isso implica oposição ao processo de privatização da água no Brasil, para a defesa da escola pública e para que se impeça o reacionarismo de sufocar o pensamento crítico. Não podemos perder nossa radicalidade, no sentido de irmos à raiz dos problemas. Não podemos ter, numa eleição municipal, medo de falar em socialismo. Mas precisamos conseguir falar em socialismo fazendo essa discussão combinada com a vida real das pessoas.



BY DINOUBA

A importância da **SOBERANIA MONETÁRIA**

Há uma fantasia econômica disseminada pelo liberalismo. É a fantasia da austeridade virtuosa. O corte de gastos seria a medida essencial para haver crescimento e melhoria das condições de vida. Trata-se de ideia falsa. Estado soberano que emite sua própria moeda tem limites elásticos para gastar e investir. Na maior parte dos casos, restrições fiscais restringem a demanda e alimentam crises econômicas. Gasto público é essencial para haver desenvolvimento

José Luís Fervereiro

Um dos elementos historicamente constitutivos do poder soberano é o po-

der de cunhar (emitir) moeda. Por moeda sempre se entendeu aquilo que o poder soberano estabelecia como denominação para pagamento dos impostos que lhe

eram devidos pelos agentes econômicos a ele subordinados.

O que determina que uma moeda tenha curso em um território é o fato de o poder



político desse território exigir o pagamento de impostos nessa moeda. Assim, o Estado realiza os pagamentos na unidade de valor em que cobra tributos, fazendo com que a moeda tenha aceitação geral. Eu aceito essa moeda porque com ela pago meus impostos e porque sei que meu vizinho a aceitará também porque com ela ele pagará seus impostos.

FIM DO PADRÃO-OURO

Com o fim do padrão ouro, nos anos 1930, e com o fim do lastro em ouro para o dólar, em 1971, a moeda passa a ser estritamente fiduciária, sem qualquer valor metálico correspondente a não ser a própria aceitação geral. É fator inquestionável de soberania, pagar despesas com moeda de sua própria emissão e contrair dívidas nessa mesma moeda. Essa prerrogativa é exclusiva dos Estados nacionais que não abriram mão da soberania monetária. É o caso do Brasil e da maioria dos países latino-americanos, exceção feita ao Panamá e ao Equador, que adotaram o dólar norte-americano como moeda,

abrindo mão, dessa forma, de parcela da sua soberania.

Um estado nacional, emissor da própria moeda, pode custear gastos sem nenhuma restrição de caráter monetário. Esses estados não quebram, esses estados não têm limites monetários ao seu endividamento. Esses estados não precisam nem devem ter orçamentos equilibrados. O limite à ordenação de gastos não se dá por números arbitrários, em geral autoestabelecidos, mas pela capacidade produtiva instalada de atender à demanda provocada pelos gastos públicos. É a economia real que determina o limite possível dos gastos públicos. A ausência de mão de obra disponível ou a plena utilização da capacidade produtiva industrial ou de serviços instalada são limites reais. Patamares de endividamento ou de emissão monetária pré-estabelecidos de forma arbitrária não o são, apesar de o mercado financeiro e a grande mídia propagarem o contrário.

A ACEITAÇÃO UNIVERSAL DO DÓLAR

Países como o Brasil cuja moeda não é

reserva de valor fora do território nacional e que, portanto, precisam gerar dólares para pagar as importações, têm também como limite a capacidade de viabilizar suas importações. Essa restrição os EUA, por exemplo, não têm. Emitindo dólares o governo dos EUA pode demandar qualquer bem ou serviço ofertado no próprio país ou em qualquer outro lugar do planeta, dada a universal aceitação do dólar. São as vantagens do Império.

Dessa forma, cobrança de tributos e emissão de dívida não têm a função de financiar o Estado, mas de regular a liquidez da economia garantindo que a demanda agregada – a demanda total de produtos e serviços em uma economia – não supere a capacidade produtiva gerando ajuste via preços (inflação).

Um Estado com soberania monetária tem equilíbrio macroeconômico convivendo com déficit fiscal continuado porque é do déficit do setor público que vem o superávit do setor privado – empresas e famílias. Como o setor privado – ou melhor dizendo o setor não emissor de moeda, já que inclui

estados e municípios – precisa de superávit como forma de ampliar gastos e realizar investimentos, fazendo dessa forma com que o Produto Interno Bruto cresça, fica evidente que o déficit fiscal da União é condição para que a economia possa maximizar a utilização dos fatores de produção. As comparações entre as finanças de um Estado soberano com as finanças de uma família são, assim, totalmente indevidas. Famílias não emitem a moeda que utilizam para pagar suas contas.

Políticas de “ajuste fiscal” em geral não apresentam qualquer resultado no objetivo declarado, mas cumprem a função de reduzir o patamar de utilização de fatores de produção, gerando perda de postos de trabalho e possibilitando reduções do custo da mão de obra dado o poder “disciplinador” do desemprego sobre o trabalho. Ao contrário, políticas que busquem o pleno emprego empoderam as classes trabalhadoras, aumentando a autoconfiança e o poder de barganha. Trabalhador que não tem medo de perder o emprego também não tem medo de ir à luta.

O PAPEL DO DESEMPREGO

As condições em que se trava o enfrentamento entre capital e trabalho se alteram profundamente conforme o nível de desemprego é maior ou menor. Essa compreensão deve nortear os socialistas a defenderem políticas que maximizem o emprego e, portanto, a plena utilização da capacidade produtiva instalada. E para isso, ter controle sobre os poderes soberanos de emitir moeda e emitir dívida em moeda soberana é um elemento essencial.

O papel da Dívida Pública deve ser entendido como central para a regulação da liquidez da economia e, portanto, como mecanismo de controle da inflação e não de financiamento do Estado. Este não precisa tomar reais emprestados para custear gastos em reais que ele próprio emite. O Estado emite dívida para controlar excessos de liquidez que possam pressionar a demanda agregada e gerar inflação. Esse é um poder soberano do qual também não se pode abrir mão.

Países que abriram mão da soberania monetária como ocorre na Europa do euro, perderam capacidade de gerir as próprias economias de forma plena. A crise grega talvez tenha sido o exemplo mais radical do desastre decorrente dessa perda

Políticas de “ajuste fiscal” em geral não apresentam qualquer resultado no objetivo declarado, mas cumprem a função de reduzir o patamar de utilização de fatores de produção, gerando perda de postos de trabalho e possibilitando reduções do custo da mão de obra dado o poder “disciplinador” do desemprego sobre o trabalho

de soberania. O Equador também caminha para novas crises de dívida, já que por não ter moeda própria, toda a dívida pública é dívida externa, retirando do Estado Equatoriano a capacidade de ter déficits fiscais sustentáveis.

No caso brasileiro, ordenamentos legais como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Cláusula de Ouro e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos são limites autoim-

postos, cuja base científica é a tia do zap e cumprem as funções fundamentais de garantir desemprego estrutural e legitimação do desmonte do pouco que temos de Estado de Bem-Estar Social.

LIMITE DE GASTOS

Um limite real à expansão dos gastos públicos é o impacto desses gastos nas importações e a capacidade de financiá-las, no caso brasileiro denominadas em moeda estrangeira, o dólar. Essa restrição as potências imperiais não têm. Até os anos 1960 tanto o franco francês como a libra esterlina tinham suas próprias áreas de influência, em geral nas suas ex-colônias. Isso lhes permitia comprar bens e serviços nessas economias na sua própria moeda que era aceita como reserva de valor e entesourada por esses países. Dos anos 1970 para cá a hegemonia universal do dólar se consolidou.

Estima-se que cidadãos e empresas argentinas tenham cerca de US\$ 350 bilhões entesourados. São recursos que, em algum momento, o governo dos EUA gastou e que estão empoçados, sem pressionar a demanda interna no país emissor que, dessa forma, se beneficia enormemente de ter realizado gastos em bens e serviços fornecidos por terceiros países e pagos em papel moeda.

Por detrás da disputa entre EUA e China está a perspectiva de que a China – que já é o principal agente no comércio mundial – consolide a própria área hegemônica e torne o remímbi moeda de reserva internacional de valor. Déficits comerciais com a China não são um problema para os EUA, já que são liquidados em dólar. Problema será quando parte do comércio internacional passar a se realizar em remímbi, quando preços de referência de *comodities* passarem a ser denominados em remímbi e quando o dólar perder a sua capacidade de comprar qualquer bem ou serviço em qualquer lugar do planeta.

Isso será a perda de hegemonia do Império. Por menos que isso já se foi à guerra.



José Luís Ferevereiro
é economista
e membro do
Diretório Nacional
do PSOL

Escolas cívico-militares e a militarização das escolas públicas brasileiras

O governo Bolsonaro incentiva a transformação de escolas públicas em Colégios Militares e promete verbas suplementares a municípios que aderirem ao programa. Além de dúvidas legais, a Lei Orçamentária anual não prevê dinheiro suficiente para a modalidade. Há muita coisa nebulosa na proposta anunciada como mudança substancial na Educação pública

Catarina de Almeida Santos

O Brasil não é para principiantes, frase atribuída a Tom Jobim, talvez seja um bom exemplo para traduzir o quão complexo é pensar o país e seu revés, e ilustrar o tema deste texto: a militarização das escolas públicas e o programa do governo federal sobre escolas cívico-militares.

Qualquer proposta voltada para o controle das escolas, por meio do disciplinamento dos corpos, controle de estudantes, profissionais da educação e processos pedagógicos vindas do atual governo, não pode ser vista com surpresa. Mas isso muda de figura quando sabemos que as mais de cem escolas militarizadas no país não partiram do presidente Jair Bolsonaro e sua

genial equipe de ministros. Ao contrário, trata-se de um processo que vem se dando em sistemas comandados por gestores públicos de diferentes matizes ideológicas, sendo muitos deles eleitos com propostas ditas participativas e democráticas. Mas é inegável, porém, que a proposta do governo federal impulsionou a militarização em alguns estados e municípios.

PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

Quando candidato nas eleições de 2018, Jair Messias Bolsonaro, ao apresentar a proposta de governo, ressaltou a importância das Forças Armadas para o país e afirmou que “no papel de consolidação nacional, devemos lembrar da participação das Forças Armadas no processo de atendimento da saúde e da educação da população” e prometeu que em dois anos implantaria “um colégio militar em todas as capitais de Estado”.

Para entender a diferença entre a proposta do candidato e a política do presi-

1 A citada proposta encontra-se disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>.

Qualquer proposta voltada para o controle das escolas, por meio do disciplinamento dos corpos, controle de estudantes, profissionais da educação e processos pedagógicos vindas do atual governo, não pode ser vista com surpresa

dente, é importante diferenciar o que são os Colégios Militares, as escolas de formação dos integrantes das forças, as escolas privadas que se autodenominam militares, as instituições privadas criadas e geridas por integrantes ou associações das corporações, as escolas públicas militarizadas nas redes estaduais e distrital, além das escolas municipais que são militarizadas utilizando a “metodologia” dos colégios das polícias militares e a proposta de escolas cívico-militares do governo federal.

Como visto, o presidente, à época da campanha, prometeu criar um colégio militar em cada capital. Os Colégios Militares são organizações militares, que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica e são vinculados às corporações, como Exército, Polícias Militares e Corpo de Bombeiros. Esses colégios são criados por leis específicas, fazem parte da estrutura das corporações e Secretarias de Segurança, no caso dos Colégios da Polícia Militar e, em alguns casos, os dos Corpos de Bombeiros.

As normas e regras de funcionamento do ensino militar, são definidas por lei específica, obedecendo em grande medida as normas das corporações.

EDUCAÇÃO BÁSICA DO EXÉRCITO

Como o presidente se referiu ao papel das Forças Armadas para a educação e prometeu criar um colégio em cada capital, vamos começar a análise pelo Colégio Militar de educação básica do Exército. De acordo com o Regulamento dos Colégios Militares do Exército, estes são organizações militares, que integram o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), um dos subsistemas do Sistema de Ensino do Exército e estão diretamente subordinados à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA).

Os objetivos principais dos Colégios desse tipo são atender primeiramente aos dependentes de militares de carreira do Exército e demais candidatos, por meio de processo seletivo. Além disso, busca “capacitar os alunos para o ingresso em estabelecimento de ensino militares, com prioridade para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), e para as instituições civis de ensino superior” (BRASIL, 2008). A proposta educativa dos CM, apesar de ter como base a legislação federal de educação, obedece às leis e aos regulamentos em vigor no Exército, e é desenvolvida segun-

do os valores e as tradições daquela Arma.

Existem atualmente no Brasil 13 Colégios de educação básica do Exército, instalados nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Juiz de Fora, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Santa Maria. Estes têm valor aluno/ano, segundo matéria do Estado de São Paulo de 25 de agosto de 2018², de cerca de R\$ 19 mil. Tais colégios são custeados pelo Exército, cobram taxas dos alunos, possuem uma infraestrutura diferenciada em comparação com as demais escolas públicas, contando com piscinas, laboratórios diversos, inclusive de robótica e professores com salários superiores a R\$ 10 mil.

O Exército possui ainda as escolas de formação dos oficiais, em diferentes áreas: Escolas Militares (forma os oficiais ou os sargentos de carreira do Exército Brasileiro), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Escola de Sargentos das Armas (ESA); Escola de Saúde do Exército (ESSE); Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCE); Escola Preparatória

de Cadetes do Exército (EsPCE); Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog).

ESCOLAS DAS PMS

As corporações das Polícias Militares também possuem colégios em 23 estados da federação, denominados de Colégio Tiradentes da Polícia Militar ou Colégio

da Polícia Militar, acrescido do nome de algum militar de alta patente. Esses colégios são instituições públicas militares de ensino, localizadas em várias unidades da federação, com destaque para o estado de Minas Gerais. Ali existem 30 unidades³ em

³ <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/ctpm/principal.action>

Existem atualmente no Brasil 13 Colégios de educação básica do Exército, instalados nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Juiz de Fora, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Santa Maria



diversas cidades todas administradas pela Polícia Militar do Estado.

As normas de funcionamento, os objetivos e finalidades são definidos no Regimento de cada rede e têm como base os princípios estabelecidos nos regimentos das PMS de cada unidade da federação. Vale ressaltar, no entanto, que em certos locais, algumas escolas públicas militarizadas receberam o nome de Colégio Tiradentes, como no caso de Roraima e Mato Grosso.

UNIDADES DOS BOMBEIROS

Os Colégios dos Corpos de Bombeiros, presentes em sete estados da federação (Ceará, DF, Maranhão, Tocantins, Amazonas, Amapá e Acre) também são instituições militares, que em alguns casos possuem caráter público e privado. São financiados pelas mensalidades pagas pelos alunos, ao mesmo tempo que participam de programas como o de Livro Didático. Todos contam com muitos servidores, inclusive professores da corporação. Em alguns estados e no DF os colégios dos bombeiros são chamados de D. Pedro II, mas em outros também possuem nomes de militares de alta patente ou de grandes personalidades, como o é caso do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros do Ceará - Escritora Rachel de Queiroz.

ESTABELECIMENTOS CONVENIADOS

As escolas militarizadas são instituições civis públicas, vinculadas às Secretarias estaduais, distrital e municipais de Educação. Por meio de convênios com as Secretarias de Segurança, ou com a Polícia Militar, tais instituições passaram a ser geridas em conjunto com as polícias das respectivas unidades federadas⁴, ou passam a contar com a presença de monitores cívico-militares⁵. Também se enquadram nesse quesito aqueles estabelecimentos conveniados com os comandos das PMS, passando a contar com assessoria da corporação para a

⁴ Até o presente momento os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins e Distrito Federal têm escolas públicas das redes estaduais e distrital militarizadas.

⁵ A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou, no dia 19 de novembro, o PL 331 e incluiu entre as atividades possíveis de serem desempenhadas pelos brigadianos da reserva e pelos temporários que aderirem a esses programas, a atuação como monitores cívico-militares em escolas das redes públicas estadual e municipais.

Há, ainda, no país escolas privadas que utilizam a chamada “metodologia” dos colégios da Polícia Militar, redes de escolas privadas que autodenominam “Escola da Polícia Militar”, mas que pertencem a grupos filantrópicos e não seguem necessariamente as normas regimentais das corporações militares

aplicação da “Metodologia dos Colégios da Polícia Militar” ou processo de gestão compartilhada nas escolas municipais⁶.

Há, ainda, no país, escolas privadas que utilizam a chamada “metodologia” dos colégios da Polícia Militar, redes de escolas privadas que autodenominam “Escola da Polícia Militar”, mas que pertencem a grupos filantrópicos e não seguem necessariamente as normas regimentais das corporações militares.

No grupo das escolas privadas existem aquelas criadas por associação de militares⁷ para atender, prioritariamente, aos filhos de militares. Essas escolas possuem normas e princípios militares, mas são financiadas pelas mensalidades pagas pelos pais e não pela corporação.

NOVA NOMENCLATURA

A nomenclatura Escolas Cívico-Militares foi cunhada pelo governo federal, a partir do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, que mudou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, criando a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Até então, nenhuma escola militarizada utilizava essa denominação.

As bases legais que definem o direito à educação no Brasil, bem como a forma de organização das redes e escolas para a garantia desse direito são: a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394 de 1996 e os planos nacionais de educação. Nessa legislação não existe a figura da escola militar, que segundo a LDB deve ter o ensino regulado por lei específica. Não é prevista a militarização das escolas públicas, nem a gestão compartilhada com a polícia. Por essa base legal e legislações correlatas, os princípios que regem a educação nacional são opostos aos princípios que regem as diferentes corporações policiais, tendo em vista que entre eles estão: a gestão

⁶ Os estados da Bahia, Amazonas, Pará e Goiás são algumas das unidades federadas em que as escolas das redes municipais estão sendo militarizadas, mesmo antes do programa do Governo Federal.

⁷ O Colégio da Vila Militar é uma instituição privada implantado pela Associação da Vila Militar (AVM) que tem como objetivos, segundo descrição da instituição, resgatar valores de cidadania, de civismo e de patriotismo, ofertando a educação com bases filosóficas na hierarquia e na disciplina militar. <https://www.colegiomilitar.com.br/o-colegio/missao-visao-valores/>

democrática, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a valorização do profissional da educação escolar, além do respeito a liberdade e apreço a tolerância.

De acordo com o §1º do art. 67 da LDB, a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério.

As demais funções, além da docência, estão definidas no § 2º do mesmo artigo como “as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas” nos diferentes níveis e modalidades, nas instituições de educação básica “incluídas, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico”⁸.

Assim, os convênios firmados entre as Secretarias de Educação de estados, municípios e Distrito Federal e as de Segurança Pública, para designação de policiais das diferentes forças para assumir funções de profissionais da Educação não encontram respaldo na legislação nacional e fere os princípios que regem o ensino no Brasil.

Tendo em vista a quantidade de sistemas de Ensino no país, é difícil precisar quantas escolas militarizadas ao certo temos, já que além das escolas públicas estaduais, gestores/as municipais vêm militarizando

8 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

O MEC anunciou, desde o início, que cada escola que aderisse a proposta receberia R\$ 1 milhão, sendo que a pretensão do ministério é implantar a proposta em 54 escolas públicas regulares em 2020. A previsão da Lei Orçamentária Anual é de apenas R\$32 milhões para o setor

unidades de ensino por decretos e viabilizando a implementação por meio de convênio e parcerias com as Secretarias de Segurança Públicas dos estados.

JOGO SEM REGRAS DEFINIDAS

No dia 5 de setembro de 2019, o presidente da República instituiu, por meio do Decreto nº 10.004, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), tendo, de acordo com o art. 1º, a finalidade de promover a melhoria na qualidade da

educação básica no ensino fundamental e no ensino médio. Pelo decreto, as escolas públicas regulares estaduais, municipais ou distritais que aderirem ao Programa deixam de ser escolas civis públicas e tornam-se Escolas Cívico-Militares.

Entre os princípios do Pecim estão a implementação preferencial nas escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social, fortalecimento de valores humanos e cívicos e a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos Colégios Militares.

No que tange aos objetivos, destacam-se os de colaborar para a formação humana e cívica e a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares.

Em que pese o citado decreto definir que na gestão de processos didático-pedagógicos será respeitada a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federados e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes. De acordo com as diretrizes do Programa as escolas seguirão práticas pedagógicas e padrões de ensino dos Colégios Militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

O decreto estabelece, ainda, como diretriz, o emprego de oficiais e praças das PMs, dos Bombeiros, além de militares inativos das forças Armadas. Eles devem atuar nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa, funções que pela LDB devem ser desenvolvidas pelos profissionais do magistério. O próprio decreto define no art. 24 que “os militares que atuarem nas Escolas Cívico-Militares não serão considerados, para todos os fins, como profissionais da educação básica, nos termos do disposto no art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”⁹. Mesmo assim, os militares estão sendo designados para desempenhar funções exclusivas desses profissionais.

REGRAS DE IMPLANTAÇÃO

Após 15 estados, o DF e 643 municípios aderirem ao programa, segundo informações do site do MEC, foi publicada no Diário Oficial de 20 de novembro de 2019, a portaria nº 2.015, definindo as regras de implantação do Pecim em 2020. Embora não conste em nenhuma das legislações do Programa, o MEC anunciou, desde o início, que cada escola que aderisse a proposta receberia R\$ 1 milhão, sendo que a pretensão do ministério é implantar a proposta em 54 escolas públicas regulares em 2020.

Pela data da publicação da portaria, percebe-se que as regras do jogo estão sendo definidas com a partida em andamento.

Analisando os critérios eliminatórios e classificatórios definidos no documento, possivelmente a maior parte dos municípios nem teria se candidato, caso tais parâmetros tivessem sido publicados à época de lançamento da proposta. De acordo com

9 http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286.

o item I do art. 10, serão eliminados os municípios que não possuírem, entre os residentes, pelo menos três militares da reserva das Forças Armadas “na proporção de 3 (três) candidatos, oficiais, para cada tarefa a ser exercida na Ecim [com as patentes requeridas] e 2 (dois) candidatos, praças, para cada tarefa a ser exercida na Ecim (considerando o mínimo de doze monitores por escolas até o ideal de dezesseis)”¹⁰.

No dia 21 de novembro, o ministro da Educação anunciou as cidades¹¹ selecionadas, em 23 estados e no DF. Elas terão 54 escolas civis públicas transformadas em Escolas Cívico-Militares, em 2020.

E O DINHEIRO?

Apesar de continuar afirmando que cada escola ao aderir ao Programa em 2020 receberá R\$ 1 milhão, a previsão da Lei Orçamentária Anual é de apenas R\$32 milhões para o setor. Vale ressaltar, que de acordo com matéria publicada na *Folha de São Paulo*¹², no dia 21.11.2019, do total dos recursos anunciados, R\$ 28 milhões serão repassados para o Ministério da Defesa pagar pessoal, tendo em vista que os militares das Forças Armadas envolvidos no programa receberão um adicional de 30% de gratificação.

Em síntese, ao que tudo indica, a promessa de R\$1 milhão para cada unidade se traduzirá na presença de oficiais federais dando ordens nas escolas. Segundo infor-

10 <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019-228864271>

11 Acre: Cruzeiro do Sul e Senador Guiomard; Amapá: duas escolas em Macapá; Amazonas: duas escolas em Manaus e outra indicação do estado; Pará: Ananindeua, Santarém e duas escolas em Belém; Rondônia: Alta Floresta d'Oeste, Ouro Preto do Oeste e Porto Velho; Roraima: Caracará e Boa Vista; Tocantins: Gurupi, Palmas e Paraíso; Alagoas: Maceió; Bahia: Feira de Santana; Ceará: Sobral e Maracanaú; Maranhão: São Luís; Paraíba: João Pessoa; Pernambuco: Jaboatão dos Guararapes; Rio Grande do Norte: Natal; Distrito Federal: Santa Maria e Gama (regiões administrativas de Brasília); Goiás: Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Valparaíso; Mato Grosso: duas escolas em Cuiabá; Mato Grosso do Sul: Corumbá e duas escolas em Campo Grande; Minas Gerais: Belo Horizonte, Ibirité e Barbacena; Rio de Janeiro: Rio de Janeiro; São Paulo: Campinas; Paraná: Curitiba, Colombo, Foz do Iguaçu e outra indicação do estado; Rio Grande do Sul: Alvorada, Caxias do Sul, Alegrete e Uruguaiana; Santa Catarina: Biguaçu, Palhoça, Chapecó e Itajaí.

12 <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/mais-da-metade-do-orcamento-de-escolas-civico-militares-em-2020-vai-pagar-oficiais-da-reserva.shtml>

Ao que tudo indica, a promessa de R\$ 1 milhão para cada unidade se traduzirá na presença de oficiais federais dando ordens nas escolas. Segundo informações do governo, naquelas que receberão oficiais federais da reserva, o recurso destinado à escola será usado apenas para o pagamento desse pessoal

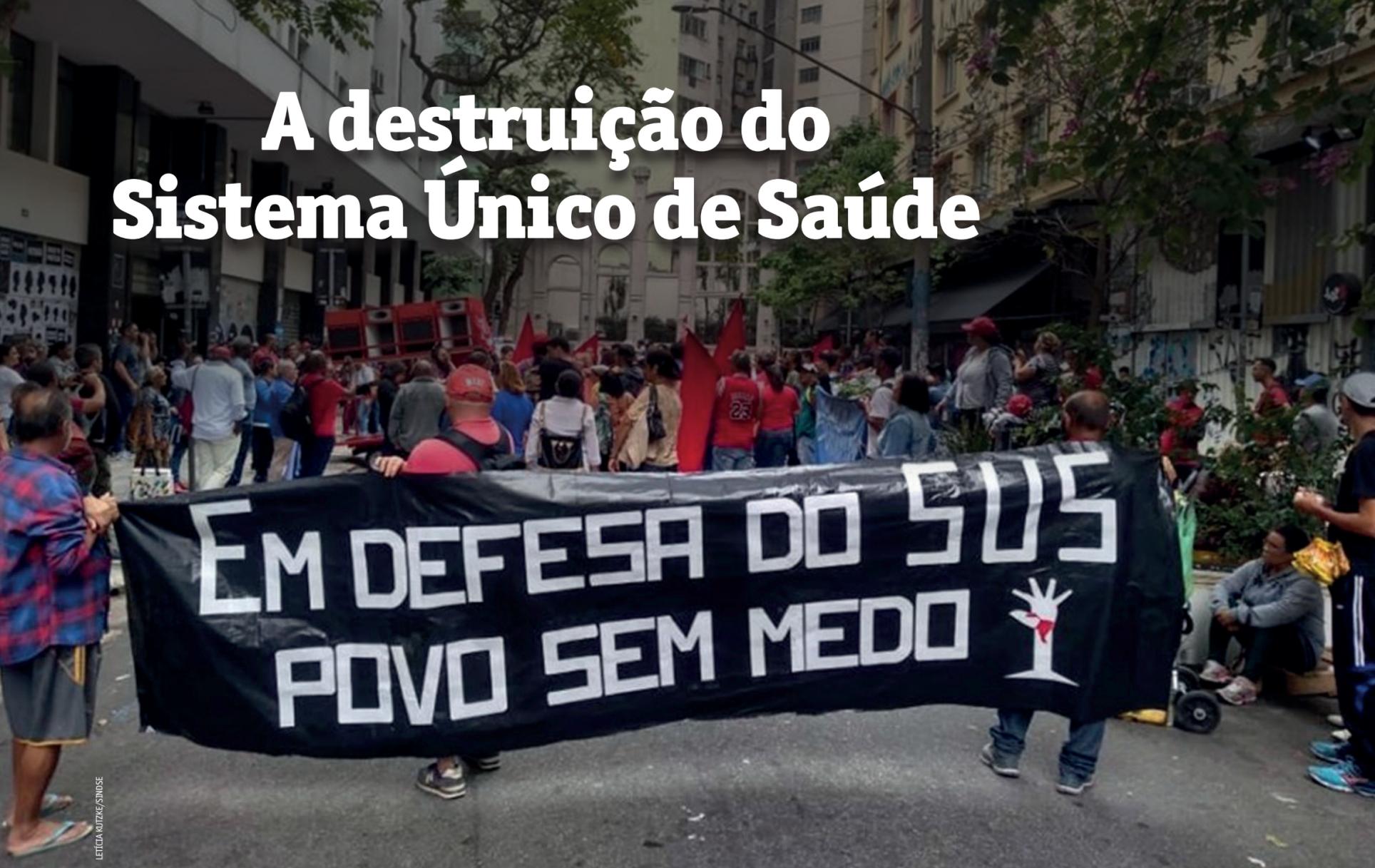
mações do governo, naquelas que receberão oficiais federais da reserva, o recurso destinado à escola será usado apenas para o pagamento desse pessoal.



Catarina de Almeida Santos é professora Adjunta da Faculdade de Educação da UnB,

Doutora em Educação pela USP, Pós-Doutoranda da FE/Unicamp e Coordenadora do Comitê-DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A destruição do Sistema Único de Saúde



O governo Bolsonaro – mais do que qualquer outro – está empenhado em desmontar uma das grandes conquistas da Constituição de 1988, o direito universal à Saúde. Isso se dá não apenas por cortes de verbas, mas pelos incentivos às empresas privadas para que assumam o papel do Estado na área. A Emenda de Teto de Gastos e as propostas de Paulo Guedes podem levar o sistema ao colapso num momento em que a crise econômica se aprofunda

Rosa Maria Marques

Neste primeiro ano de governo Bolsonaro, muito se denunciou nas ruas, no Congresso e nas diferentes formas de mídias sociais comprometidas com uma sociedade mais justa e democrática so-

bre como as políticas econômicas ultraliberais estavam (e estão) desconstruindo programas importantes em várias áreas sociais. Entre elas, a que teve maior visibilidade foi a da Educação que, ao restringir os recursos de bolsas de mestrado e doutorado, levou milhares de pessoas

às manifestações em defesa das Universidades públicas. Ao lado dessa área, no entanto, outra tem sido duramente afetada e corre o risco de ver a política se constituir letra morta: trata-se da Saúde pública, ou melhor, do Sistema Único de Saúde (SUS). Num certo sentido, como

veremos adiante, essa é a área que mais tem sofrido ataques do novo governo.

RESISTÊNCIA RESTRITA

Apesar dos graves ataques impetrados contra o SUS, a resistência a essas iniciativas e as denúncias sobre os impactos praticamente têm se restringido às entidades que sempre estiveram ao seu lado, que mantêm vivos os princípios do movimento sanitário que lhe deu origem e sustentação, e aos trabalhadores da saúde nos três níveis de governo. As grandes massas, usuárias de ações e serviços, e os setores progressistas da sociedade, que em vários momentos se fizeram presentes nas manifestações deste ano, não têm sido, infelizmente, protagonistas dessa resistência. E isso não ocorre por acaso. Os motivos têm raízes históricas, em como, por exemplo, os setores mais organizados dos trabalhadores viram (e

veem) a relação público/privada na saúde do país.

Pontuar essas e outras questões, principalmente aquelas introduzidas pelo governo Bolsonaro, é o propósito deste artigo.

1 - DO SUBFINANCIAMENTO AO DESFINANCIAMENTO DO SUS

Durante todos os anos de existência do SUS, não foram poucos os que denunciaram a insuficiência de recursos, estivessem eles envolvidos na sua gestão ou fossem pesquisadores da economia da saúde. O número de estudos sobre esse assunto é considerável e está disponível para o acesso do público em geral nas plataformas da internet.

As evidências que embasavam (e embasam) essa afirmação eram autoexplicativas: ao se comparar o esforço dedicado ao financiamento público em saúde em países com sistemas semelhantes ao SUS, isto é, público e universal, verificava-se que, em média, em 2014¹, gastavam o equivalente a 8% de seu Produto Interno Bruto (PIB), enquanto, no Brasil, esse percentual era de somente 3,9%. Trata-se de gasto público, financiado, portanto, com recursos tributários. Evidentemen-

1 Nesse caso, usa-se o ano de 2014 por ser o último antes da crise econômica vivenciada pelo país, que levou à queda do PIB ou seu crescimento pífio.

te, que essa participação tem como resultado um baixo *per capita*, com tudo que lhe deriva, longe do realizado em países com sistemas universais ou em países de renda média, tal como o brasileiro.

LUTA PERMANENTE

Embora o assunto possa ser considerado um pouco árido, é importante perceber que, desde a promulgação da Constituição de 1988, a luta para ampliar os recursos do SUS e para regulamentar a participação das três esferas de governo em seu financiamento foi permanente. A última alteração realizada, e com relação à participação da União, ocorreu em 2015. Ali foi substituída a base de cálculo do montante aplicado no ano anterior, até então corrigido pela variação nominal do PIB, pela Receita Corrente Líquida (RCL). Esse percentual seria de 13,5% em 2016, até alcançar 15% em 2020. Segundo vários pesquisadores, essa alteração resultaria em perda de recursos para o SUS (FUNCIA, 2015). Já os municípios e o distrito federal – desde 2012 – devem aplicar pelo menos 15% e os estados 12% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde. Assim, depois de muita luta, somente em 2012, com a modificação ocorrida em 2015, foram definidas as regras de participação dos três níveis de governo na saúde pública.

Essa definição, contudo, embora tenha melhorado a disponibilidade de recursos, não permitiu a saída da condição de sistema subfinanciado.

Em dezembro de 2016, quando aprovada a Emenda Constitucional 95, que altera o regime fiscal, congelando o nível de gasto do governo federal por vinte anos, a situação apenas se agravou. Embora tenha sido definido no orçamento da União que, para a saúde, seria aplicado o percentual de 15% da RCL previsto para acontecer somente em 2020, as perdas de recursos foram visíveis nos anos de 2018 e 2019. Funcia (2019) estima que, em 2019, os recursos destinados à saúde pública no orçamento representavam apenas 13,87% da RCL. Daí podemos inferir o que irá acontecer nos próximos anos: um aprofundamento do desfinanciamento, com graves impactos sobre as ações e serviços de saúde de uma população crescente.

Quando este artigo estava sendo finali-

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a área que mais tem sofrido ataques do novo governo

zado, tomamos conhecimento do Pacote de Medidas Econômicas encaminhado ao Congresso, em 5 de novembro de 2019. Naquilo que afeta diretamente o financiamento da saúde pública, destacamos a proposta de desindexação das receitas federais para a área. A implantação implica levar às últimas consequências a EC 95, deixando de ser aplicado qualquer percentual da Receita Corrente Líquida para a saúde pública. Na sequência, tal prática eliminará a vinculação das receitas nos planos municipal e estadual. Essa iniciativa, além de inviabilizar a continuidade da saúde pública, introduzirá a concorrência desenfreada entre os diferentes ministérios.

2 – A SAÚDE É UM DIREITO DE TODOS E UM DEVER DO ESTADO

O título acima é o início do artigo 196 da Constituição de 1988 e a base norteadora da construção do SUS. Passados 31 anos, quão verdadeira é essa afirmação, ou melhor, o que a realidade da saúde no país nos revela?

Em 2015, 72% da população brasileira tinha somente o SUS para acessar serviços médicos e hospitalares (BARROS e PIOLA, 2016). Nesse mesmo ano, a cobertura dos Planos de Saúde de assistência médica com ou sem serviços odontológicos era de 25,7% da população. Nos anos seguintes, com o aprofundamento do desemprego junto ao mercado formal de trabalho, essa cobertura caiu, chegando a 24,2% em 2018 e assim permanecendo em agosto de 2019, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANSS). Evidentemente que a redução da cobertura resultou no aumento da população dependente do SUS.

Mas o importante a ser discutido é como se fez possível que - num país onde “a saúde é tida como um direito de todos e um dever do Estado” - o setor privado se tornasse tão desenvolvido, a ponto de cobrir quase um quarto da população? E isso sem contar com o acesso às ações e serviços de saúde mediada pelo pagamento direito, o que elevaria esse percentual. Mais do que isso, como é possível que o crescimento dos Planos de Saúde tenha acontecido *pari passu* ao processo de implantação do SUS? Se considerarmos somente as informações disponíveis a partir do ano de criação

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a luta para ampliar os recursos do SUS e para regulamentar a participação das três esferas de governo em seu financiamento foi permanente. Em dezembro de 2016, quando aprovada a Emenda Constitucional 95, que altera o regime fiscal, congelando o nível de gasto do governo federal por vinte anos, a situação se agravou

da ANSS - de 2000 em diante, posto que os dados dos anos anteriores podem ter problemas de consistência -, verificamos que a cobertura dos Planos aumentou de 18,3% para 25,9% da população entre dezembro de 2000 e dezembro de 2014.

NINGUÉM DEFENDE O DIREITO UNIVERSAL À SAÚDE

Pelo menos duas hipóteses explicativas devem ser levadas em consideração para responder a essas perguntas.

A primeira diz respeito ao fato de que, no Brasil, nenhuma classe social ou segmento de classe abraçou, em momento algum, a defesa da saúde pública universal. Ao contrário, entre os trabalhadores mais organizados do mercado formal (do setor privado, mas também de estatais) os planos de saúde integram pautas de reivindicação desde os anos 1970 (ESCORREL, 1999; BAHIA, 2001). O movimento sanitário que por ele lutava era constituído de profissionais e pesquisadores na área da saúde. Dessa forma, pode-se dizer que a bandeira da saúde pública universal levantada pelos sindicatos, movimentos sociais e partidos vinculados aos trabalhadores é apenas formal, pois parte significativa de suas bases é coberta pelos Planos de Saúde.

Essa percepção é ainda mais reforçada quando se sabe que a criação do SUS não foi acompanhada da extinção da possibilidade de deduzir as despesas com os Planos de Saúde e com o pagamento direito de despesas médicas na declaração do imposto de renda. Isso, em termos fiscais, significa que o Estado está renunciando à arrecadação devida, caso não fosse realizada a dedução, o que chamamos de renúncia fiscal. Mas significa, ao mesmo tempo, que o Estado brasileiro, que tem na Constituição a frase “a saúde é um direito e um dever do Estado”, está financiando em parte o gasto privado em saúde, seja em planos ou não.

Talvez esse fato seja revelador da maneira como as coisas são feitas no país. Aprova-se algo, mas não se vai às últimas consequências. Dizer que “a saúde é um direito” implica que ela não pode ser mediada por renda. Por decorrência, seu acesso é gratuito.

ESTADO FINANCIA GASTO PRIVADO

Financiar o gasto privado em saúde é,

pois, impedir a construção do SUS. E não se trata dos valores envolvidos, embora esses não sejam desprezíveis². Trata-se de reforçar a ideia, presente na sociedade brasileira e em todos os estratos sociais, de que o serviço prestado pelo setor privado é melhor do que o público.

Sobre a questão da renúncia fiscal, se não estivermos enganados, somente o Partido dos Trabalhadores, em 1989, e o Partido Socialismo e Liberdade, em

² Em 2015, somente a renúncia fiscal decorrente das deduções do imposto de renda da pessoa física e jurídica totalizou R\$ 16, 2 bilhões. O conjunto das renúncias na área da saúde atingiram, para o mesmo ano, 32, 3 bilhões de reais, o equivalente a 32,3% do gasto do Ministério da Saúde, em 2015, (cerca de 100 bilhões de reais) (OCKÉ - REIS, 2018).



2018, ousaram colocar em seu programa o fim dessas deduções.

3 – O DESMONTE NO PERÍODO BOLSONARO

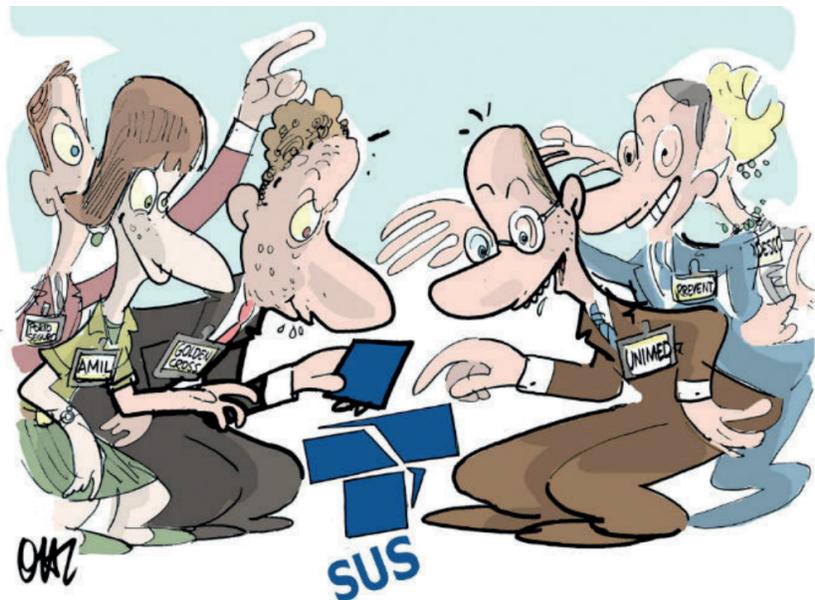
Do ponto de vista do financiamento, no curso da execução do orçamento de 2019, não há novidades com relação ao ocorrido durante a gestão Temer, a não ser o aprofundamento do desfinanciamento que já vinha ocorrendo, tal como já mencionado.

Ao contrário de outros ministérios, o da Saúde não sofreu com os contingenciamentos realizados em função da frustração da arrecadação provocada pelo baixo desempenho da economia. Somente os investimentos para obras de

hospitais universitários foram afetados, mantendo-se os demais gastos previstos no orçamento.

Houve, isso sim, uma inflexão no tocante a programas importantes, os quais traduziam princípios indissociáveis ao entendimento da saúde como um direito para todos, isto é, a que todos pretendem abraçar de forma inclusiva. Isso fica subentendido quando se verifica que, no reordenamento da estrutura do Ministério, foi extinta a coordenação responsável pelo programa de atenção integral aos portadores de doença falciforme – enfermidade genética de maior prevalência no Brasil e no mundo e que afeta majoritariamente a população negra, e houve o rebaixamento do programa de

Como se fez possível que - num país onde “a saúde é tida como um direito de todos e um dever do Estado” - o setor privado se tornasse tão desenvolvido, a ponto de cobrir quase um quarto da população?



tratamento de HIV/Aids. O Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Aids e Hepatites Virais passou a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Não se trata de mera mudança de nome, muito embora não seja negligenciável o fato de a palavra Aids ter desaparecido com a mudança de estrutura. Trata-se do HIV/Aids e demais doenças sexualmente transmissíveis estarem junto a doenças como hanseníase e tuberculose, como se não houvesse particularidades a serem preservadas, principalmente considerando o reconhecimento mundial do programa de combate ao HIV/Aids brasileiro.

DOENÇAS MENTAIS E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Outra mudança significativa diz respeito ao tratamento concedido à doença mental e aos dependentes químicos, contrariando os princípios da reforma psiquiátrica (RP) que promoveu a desmanicomialização no país.

A nota técnica nº 11/2019 da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do MS, desconsidera o estímulo (no lugar das instituições manicomial e das comunidades terapêuticas) que a RP concedia ao tratamento no território no qual as pessoas

em sofrimento mental e suas famílias viviam e onde estavam as redes de apoio e de sociabilidade, ainda que precárias, além da rede de serviços intersetoriais fundamentais à recuperação e vida digna (escola, trabalho, moradia, saúde geral, lazer etc).

Além disso, como diz a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco, 2019), ao comentar o conteúdo dessa nota:

Muito do arsenal retórico e ideológico subsequente, presente nesta Nota Técnica, especialmente aquele que se quer “novo”, segue uma mesma lógica que, ao falar reiteradamente de evidências científicas, parece querer traduzir-se exclusivamente por evidências biomédicas (negando o conhecimento de um conjunto de profissões que atuam na área). E essas requeridas evidências científicas ainda assim se mostram, muitas vezes, frágeis.

Exemplar e emblemática é, nesse sentido, a propaganda feita no documento em defesa da eletroconvulsoterapia (ECT), comumente chamada de eletrochoque.

No caso da política com relação aos dependentes químicos, basta para exemplificar as mudanças de rumo, o fato de que Jair Bolsonaro sancionou a lei nº 13.840, de 5/06/2019, que autoriza a internação involuntária de dependentes químicos (mediante pedido de um médico) em unidades de saúde e hospitais gerais e que fortalece as comunidades terapêuticas, instituições normalmente ligadas a organizações religiosas. Contudo, a internação nessas últimas não pode ocorrer sem o consentimento do paciente.

DESMONTE DO MAIS MÉDICOS

Restaria ainda falar do desmonte do programa Mais Médicos. Este, embora não envolva questões da mesma natureza como as anteriores, que dizem respeito ao tratamento às diferenças, foi promovido com base no ódio declarado do presidente contra os cubanos que aqui estavam levando a atenção primária em saúde a lugares em que médicos brasileiros não se dispunham a ir. As declarações, realizadas antes mesmo de tomar posse, levaram a que o governo cubano anunciasse o fim do acordo que permitia a presença de médicos no país, exigindo que se abrissem três editais para o preenchimento por brasileiros das vagas assim criadas, sendo que o primeiro ainda aconteceu sob o governo Temer.

No primeiro balanço realizado no início de abril, 15% dos brasileiros que ingressaram no programa entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 já haviam desistido de participar: 1.052 dentre 7.120 médicos. As áreas mais afetadas foram as mais pobres: em municípios com taxa de extrema pobreza maior do que 20% da população, a desistência foi de 31% (324 desistências). Em seguida, as capitais e regiões metropolitanas, com 209 profissionais desistentes (20% do total), também concentrado nos bairros mais pobres.

Em agosto, face ao evidente fracasso dessas iniciativas, o Ministério da Saúde anunciou a substituição do programa Mais Médicos por Médicos pelo Brasil. Este programa, embora tenha como objetivo a interiorização, especialmente nas regiões mais distantes e desassistidas, explicitamente afirma priorizar os municípios pequenos. Isso foi objeto de críticas por entidades ligadas à saúde pública, tal como o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), por deixar de considerar os bolsões de pobreza existentes nas grandes cidades do país.

Durante todos esses meses, desde as primeiras declarações de Bolsonaro sobre os Mais Médicos, a perda sofrida pela população foi enorme. É sabido que a interiorização das ações e serviços de saúde é algo complexo e que exige um outro olhar sobre os cuidados. Nisso, a expertise dos médicos cubanos é reconhecida mundialmente.

O desmonte do Mais Médicos foi promovido com base no ódio declarado do presidente contra os cubanos que aqui estavam levando a atenção primária em saúde a lugares em que médicos brasileiros não se dispunham a ir



4 – UM NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE (APS)

No dia 31/10/2019, na 9ª reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite/2019 (CIT)³, foi aprovado o novo modelo de financiamento da APS encaminhado pelo governo. Dois dias depois, já estava circulando a proposta de minuta da portaria correspondente. Mas no que consiste esse novo modelo? Vejamos os pontos centrais.

No artigo 9º da minuta diz que o financiamento federal de custeio da APS será constituído por: I - capitação ponderada; II - pagamento por desempenho; e III - incentivo para ações estratégicas. Já o artigo 10º define que a captação ponderada deverá considerar: I - a população cadastrada na equipe de Saúde da Família e na equipe de Atenção Primária; II - a vulnerabilidade socioeconômica da população cadastrada nessas equipes; III - o perfil demográfico por faixa etária da população cadastrada nas equipes e IV - classificação geográfica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vale mencionar que no *powerpoint* apresentado na reunião do CIT, as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica eram definidas por serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. Deveriam receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou o benefício previdenciário no valor máximo de dois salários-mínimos.

Ao ser dado destaque às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, não estaria o atual governo tendo como objetivo voltar o SUS à população de baixa renda, tornando letra morta sua universalidade?

Como é sabido, essa não é uma proposta nova. Há muito que agências internacionais defendem que o esforço público

³ A CIT constitui instância de articulação e pactuação na esfera federal que atua na direção nacional do SUS. É integrada por gestores do SUS das três esferas de governo: União, estados, DF e municípios. A composição é paritária. É formada por quinze membros, sendo cinco indicados pelo MS, cinco pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e cinco pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). A representação de estados e municípios nessa Comissão é regional, sendo um representante para cada uma das cinco regiões no País. As decisões são tomadas por consenso e não por votação.

Entre os trabalhadores mais organizados do mercado formal, os planos de saúde integram as pautas de reivindicação desde os anos 1970. Assim, pode-se dizer que a bandeira da saúde pública universal levantada pelos sindicatos, movimentos sociais e partidos vinculados aos trabalhadores é apenas formal, pois parte significativa de suas bases é coberta pelos Planos de Saúde

em saúde deve ser dirigido aos setores mais vulneráveis da população, deixando a assistência à saúde dos demais ao encargo do setor privado, seja mediante Planos de Saúde ou não.

Entre essas agências, destaca-se o Banco Mundial (2019). Ao evidenciar as dificuldades da cobertura da APS em áreas mais pobres e distantes o Banco sugere, simultaneamente, a definição de um pacote de benefícios a ser coberto pelo SUS e uma “cobertura universal” formada por uma saúde pública voltada aos mais pobres e por uma saúde privada, dirigida aos demais segmentos da população. Chama atenção que, ao final do *powerpoint* apresentado na reunião da CIT, constem agradecimentos a dois

REFERÊNCIAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, 20/02/2019. Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/saude-da-populacao/sobres-mudancas-na-politica-nacional-de-saude-mental-e-nas-diretrizes-da-politica-nacional-sobre-drogas/39619/> Acesso em 04/10/2019.

BAHIA, L. *Planos privados de saúde: luzes e sombras no debate setorial dos anos 90*. Abrasco, Rio de Janeiro, Ciência & Saúde Coletiva, 6(2):329-339, 2001

BANCO MUNDIAL. *Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro*. Disponível em <http://pubdocs.worldbank.org/en/545231536093524589/Propostas-de-Reformas-do-SUS.pdf>. Acesso em 1/11/2019.

BARROS, Maria Elisabeth Diniz e PIOLA, Sérgio Francisco. O financiamento dos Serviços de Saúde no Brasil. In *Sistema de Saúde no Brasil: organização e financiamento*. Orgs: Rosa Maria Marques, Sérgio Francisco Piola e Alejandra Carrillo Roa. ABRÉS, MS, OPAS/OMS no Brasil, 2016.

ESCOREL, S. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FUNCIA, Francisco. *Quanto o ministério da saúde precisará ter no orçamento de 2016 para manter o padrão de gastos de 2014 em ações e serviços públicos de saúde (asps)?*. Idisa. *Domingueira* n.º 21, 04 de outubro, 2015. Disponível em: <http://www.idisa.org.br/img/File/Domingueira%20da%20Sa%C3%BAde%20-%202011%202015%20-%2004%2010%202015.pdf>. Acesso Direto em: outubro/2015.

KPMG. *Fusões e Aquisições 2º Trimestre*. Disponível em <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2019/09/fusoes-e-aquisicoes-2-semester.html>. Acesso em 05/11/2019.

OCKÉ - REIS, Carlos Octávio. *Sustentabilidade do SUS e renúncia de arrecadação fiscal em saúde*. Abrasco, Rio de Janeiro, Ciência & Saúde Coletiva, 23 (6), 2035 – 2042, 2018.

As ações do Banco Mundial pressupõem o fortalecimento dos Planos de Saúde e da saúde privada em geral. Não é à toa que o interesse do setor privado no SUS esteja aumentando para além da gestão via Organizações Sociais e para além de compor a rede hospitalar conveniada



técnicos dessa instituição, evidenciando a participação na elaboração do projeto. Isso, por si só, já seria tema para intensa discussão, pois implica ingerência de uma instituição internacional em questões nacionais.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Há outros aspectos importantes, como a remuneração por desempenho e por usuário cadastrado. Isso substitui as necessidades em saúde da população pelo desempenho, cuja base é sempre a otimização dos recursos. Além disso, com a nova política de transferência de recursos, abandona-se o critério da equidade, que, apesar dos problemas, está presente no Piso da Atenção Básica (PAB) fixo, que transfere recursos de acordo com a população do município.

Dirigir a APS prioritariamente aos setores mais vulneráveis da população, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não é garantia de que esses continuem a usufruir de ações e serviços de saúde no futuro. Se alguma garantia é possível, essa deriva do fato de se reconhecer a saúde como um direito e, portanto, um dever do Estado, sem que seu acesso seja mediado pela renda do beneficiário.

Essa proposta, como dito, está em linha com o que é proposto pelo Banco Mundial e pressupõe o fortalecimento dos Planos de Saúde e da saúde privada em geral. Não é à toa que hospitais e clínicas de análise laboratoriais se situem na quarta posição do *ranking* de fusões e aquisições no primeiro semestre de 2019 (KPMG, 2019) e que o interesse do setor privado no SUS esteja aumentando para além da gestão via Organizações Sociais e para além de compor a rede hospitalar conveniada. Toda atenção deve ser dada aos desdobramentos desse “novo modelo de financiamento de APS” e da possível desindexação dos recursos para a saúde pública.



Rosa Maria Marques
professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUCSP e ex-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES)

Sexualidade e gênero: um movimento para o socialismo e a liberdade

Everton Vieira

Precisamos construir uma militância de dissidentes de sexualidade e de gênero que seja anticapitalista e com uma tática clara para tornar a classe trabalhadora a nossa principal aliada na luta contra a contra a opressão. Essa aliança ampla não pode se curvar às ideias liberais e deve entender tais demandas como parte indissociável da democratização da sociedade

Para pensarmos em um movimento de sexualidade e gêneros dissidentes para o socialismo e a liberdade, precisamos voltar no mínimo 50 anos antes da Revolta de Stonewall. Ela é considerada por muitos, não por acaso, o marco zero da luta organizada das dissidências de sexualidade e de gênero (DSG)¹.

Em 28 de junho de 1969, as bichas, sapatões e travestis de Nova York resolveram enfrentar a violência policial. Mas a história da luta organizada por direitos para as dissidências de sexualidade e gênero começou no mínimo 51 anos antes dos acontecimentos do bar Stonewall Inn. Nós não reconhecemos esse acontecimento como o marco zero de nossas lutas.

Em 1918, segundo ano da Revolução de Outubro, houve pela primeira vez na história um Estado industrializado que descriminalizava as relações entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, aprovava a socialização dos trabalhos domésticos e o direito ao divórcio. Os primeiros anos após a tomada de poder pelos comunistas deixava um recado claro de combate duro ao patriarcalismo.

VIDA CURTA

Infelizmente, esse período em que a Revolução socialista dava as mãos a um novo momento histórico para as DSG não teve vida longa. No final da década de 1920, havia muitas coisas em disputa na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Uma delas foi a promoção incansável do nacionalismo russo, a consolidação da orientação do regime de socialismo em um só país, acabando com a perspectiva de revolução internacional, e também aos avanços no combate ao patriarcalismo.

De um lado tínhamos fortes defensores da lei soviética declarando que o Estado e a sociedade não deveriam interferir em questões sexuais, exceto em casos de envolvimento com menores de idade, uso de violência ou coerção. Importantes nomes da vanguarda bolchevique e referências para os estudos feministas marxistas - as revolucionárias Clara Zetkin e Aleksandra Kollontai - eram defensoras ferrenhas dessa tendência.

¹ Chamaremos de dissidências de sexualidade e gênero (DSG) todas as sexualidades e gêneros que fujam da norma heterossexual e cisgênera, pois achamos que uma sigla, por mais extensa que seja, nunca será capaz de representar as tantas formas de ser, estar e se relacionar.



Em 1918, segundo ano da Revolução de Outubro, houve pela primeira vez na história um Estado industrializado que descriminalizava as relações entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, aprovava a socialização dos trabalhos domésticos e o direito ao divórcio. Os primeiros anos após a tomada de poder pelos comunistas deixava um recado claro de combate duro ao patriarcalismo



Do outro lado, lutando contra a manutenção da descriminalização do que eles chamam de sodomia, tinham as forças políticas ligadas a Josef Stalin, que falavam abertamente contra as políticas dos primeiros anos da Revolução de Outubro. Foi na URSS, sob o stalinismo que, por meio do Artigo 175, essas forças restabeleceram a perseguição sistemática a população LGBT como política de Estado e criminalizaram novamente a "sodomia", ou seja, todas as



PAULO PINHO/PHOTOS PUBLICAS

identidades e sexualidades marginalizadas. As justificativas eram um punhado de teorias reacionárias e patriarcais e a covardia de associar as sexualidades e identidades dissidentes ao fascismo.

Dessa forma, bissexuais, gays, lésbicas e transgêneros passaram a ser para o stalinismo tão repugnante quanto os fascistas. Máximo Gorki, um aliado declarado de Stalin, em seu artigo "Humanismo proletário" argumentou: "Nos países fascistas, a homossexualidade, açoitada da juventude, floresce sem o menor castigo; no país onde o proletariado alcançou o poder social, a homossexualidade tem sido declarada delito social e é severamente castigada. Na Alemanha já existe um lema que diz: "Erradicando os homossexuais, desaparece o fascismo".

TABUS E ATAQUES

No chamado mundo liberal as coisas iam de mal a pior. Perseguições violentas, prisões, torturas com choques autorizadas como a "cura gay" daquele tempo e até castrações como no caso mundialmente conhecido de Alan Turing, na Inglaterra. Tantos anos de tabus e ataques sistemáticos às formas de sexualidade não reprodutoras e todas as normatizações que se estabeleceram por meio disso, tornam o mundo um lugar extremamente violento para todas as sexualidades e gênero dissidentes.

Esse resgate histórico serve para fazermos um balanço real, sem paixões ou distorções: a disputa sobre a liberdade das relações de sexualidade e gênero era polêmica não só no mundo liberal capitalista,

mas também entre os comunistas. Foram os comunistas os primeiros a produzirem políticas em um Estado moderno que prote-

gessem essas populações do reacionarismo patriarcal preservado e cultivado nas sociedades capitalistas.



A luta pelos direitos das dissidências de sexualidade e gênero só será plenamente vitoriosa quando se tornar uma jornada de todos e todas os atingidos pela opressão capitalista



Apesar dos avanços e recuos, o movimento socialista tornou-se novamente, com o enfraquecimento da influência stalinista e de tudo que ela representa, fundamental na luta antipatriarcal e, por consequência, na defesa dos direitos e da vida da população LGBT.

QUEM SÃO NOSSOS INIMIGOS?

Quando vivências subjetivas tornam-se inquestionáveis, temos um problema. A questão não é e nunca foi levar em conta as “vivências”, mas usar essa subjetividade como uma verdade sacrossanta que precisa ser religiosamente acatada. Deixamos a reflexão: se um senhor reacionário que viveu a ditadura militar me falar que esta foi ótima, preciso então “respeitar sua vivência”? É certo que as vivências são fatores a serem considerados em qualquer análise, mas considerá-las como verdades puras e inquestionáveis é um erro.

Falar disso é mexer em vespeiro na militância. Há um grupo que decretou: “Não fale da opressão que você não sofre!”. Essa é uma “lógica” perversa para a construção de um projeto popular, pois é individualista e nada tem a ver com a esquerda socialista. Nosso “local de fala” não é o nosso lugar para falar, mas a partir de onde a gente fala e o local de onde falamos está contaminado para o bem e o mal por nossas subjetividades.

Para rebater, por exemplo, o discurso homofóbico, alguns militantes acabam escolhendo o caminho mais fácil e igualmente despolitizado de atacar o falante no lugar da fala. Depois que nos acostumamos a usar características físicas, comportamentais ou culturais para dizer quem pode falar do que, essa prática foi se generalizando e se propagando, sendo invocada até contra as falas sinceras e empáticas. Isso gerou rachas e até “privatizou” certos assuntos para determinadas pessoas, uma evidente influência de ideias liberais dentro de espaços que reivindicam o socialismo. Há uma confusão entre visibilidade e protagonismo com autopromoção, nesse ponto parece que o individualismo liberal já tomou conta.

É preciso aprofundar a discussão sobre os limites da política de representatividade e o equívoco em criar ou reforçar categorias estáveis de opressão e identidade, ou então deixaremos a guarda baixa perante acusações de deturpação cabal da repre-



Nosso “local de fala” não é o nosso lugar para falar, mas a partir de onde a gente fala e o local de onde falamos está contaminado para o bem e o mal por nossas subjetividades. Para rebater, por exemplo, o discurso homofóbico, alguns militantes acabam escolhendo o caminho mais fácil e igualmente despolitizado de atacar o falante no lugar da fala



sentação. Se nós assumimos posições casuísticas, abrimos espaço para contradições concretas, como são os casos nos quais a direita usa pessoas negras, de periferia, mulheres e dissidentes de sexualidade e gênero e as manipulam contra as lutas de combate as opressões.

Criar categorias estáveis de opressão que detém a “verdade”, apresentando vivências “inquestionáveis” e “capazes” de produzir as mesmas sínteses, deturpando o conceito de “local de fala” para privatizar a fala e decidir quem pode falar sobre o quê, é a inadmissível interdição pura e simples do debate. É um atraso que precisa ser combatido de forma organizada e contundente.

ARTICULAR A NOSSA CLASSE COMO PRINCIPAL ALIADA

É preciso entender o processo de consciência e a tarefa na construção do poder popular e as limitações da classe, ajudando a superá-las. Não precisamos de falas destrutivas, que surgem a partir de um discurso autoritário, banhado em uma interpretação equivocada, tentando substituir o argumento lógico por um ataque puro ao falante. O conceito de desconstrução do argelino Jacques Derrida fala exatamente sobre como produzir deslocamentos sem partir de uma fixidez de mim e do outro.

Se não há uma preocupação em entender e ajudar a superar as limitações e preconceitos impostos estruturalmente à classe trabalhadora, então não há compromisso com a luta de classes, tampouco com a construção de um partido de massas. Tal melindre pequeno-burguês é contraprodutiva e acaba engessando a possibilidade de avançarmos enquanto classe e não enquanto indivíduos.

Portanto, precisamos construir uma militância de dissidentes de sexualidade e gênero que seja também anticapitalista e com uma tática clara para tornar a classe trabalhadora a nossa principal aliada na luta contra a opressão, que não se curve às ideias liberais e entenda a diferença entre instituições que elaboram o discurso contra dissidentes de sexualidade/gênero e trabalhadoras e trabalhadores que são meros reprodutores desse discurso. Não podemos cair no erro de fortalecer uma militância liberal, incapaz, por exemplo, de se posicionar contra o imperialismo e em defesa da soberania do povo venezuelano.

A luta pelos direitos das dissidências de sexualidade e gênero só será plenamente vitoriosa quando se tornar uma luta de todos e todas as oprimidas contra a opressão capitalista. Por isso é preciso que a militância socialista esteja disposta a disputar o vivo e enérgico movimento conhecido como “LGBT” para uma estratégia revolucionária e socialista. Portanto, devemos ser radicais nos propósitos e amplos no método.



Everton Vieira, pedagogo, militante da Intersindical e membro da direção executiva do PSOL/SP



O encantamento da bonança: Estado e empoderamento

O processo que levou à eleição de Jair Bolsonaro merece toda a atenção de nossas lutas, por muitas razões, que vão muito além da perda de direitos e caminham no sentido de constituir um ativismo capaz de responder criativamente a isso

Helena Vieira

Temos encampado muitas lutas há muito tempo. Os últimos anos, ao menos simbolicamente para LGBTQIA+, pareciam repletos de avanços. Reconhecimento institucional das demandas, editais, presença no apare-

lho do Estado, lugares no governo federal e nos governos subnacionais. Conferências, decretos, espaço para diálogo, tudo isso esteve lá, ainda que apenas os ingleses vissem e que as mortes de LGBTQIA+ continuassem acontecendo, sem registros, sem reconhecimento, sem rosto, sem *advocacy*.

Desfrutamos uma arrasadora paixão pelo poder judiciário e com isso provocamos o Supremo Tribunal Federal: união estável, casamento, mudança no registro civil de pessoas trans direto no cartório. São avanços fundamentais, defendidos por muitos e muitas de nós. Eu mesma, em 2010, par-

ticipei em Brasília de um grande abraço coletivo à sede do STF. Estávamos mesmo apaixonadas por essa lufada de cidadania.

Na cultura também avançamos: beijo gay, família homoparental, novelas com personagens e atrizes trans, cantoras e cantores transgêneros, transexuais, travestis e *drag queens*. Nos elevamos como um tsunami nas redes sociais. Páginas de ativismo e grupos. Conexões múltiplas. Nos dividimos entre as muitas estratégias, entre os muitos conflitos. Problematicamos as nossas relações ao extremo. Nada poderia passar, absolutamente nada. O tempo era de pedir tudo e de colocar tudo abaixo. Estávamos finalmente, empoderados, ainda que continuássemos morrendo. Ebriamente empoderados, seria possível dizer.

NÃO MAIS ARMARIADOS

Das margens do desejo e de alvos da violência, negociando muito bem a nossa perversidade, acessamos, ainda que marginalmente, os centros de poder. Não mais armariados, mas muito bem vestidos, certamente. Às vezes muito coloridos, às vezes engravatados, às vezes falando pajubá, às vezes usando charmosos termos em inglês, tão na moda no mundo dos empreendedores.

Fizemos nossas pautas e vozes visíveis. Não apenas na Parada LGBTQ, na Avon ou



Desfrutamos uma arrasadora paixão pelo poder judiciário e com isso provocamos o Supremo Tribunal Federal: união estável, casamento, mudança no registro civil de pessoas trans direto no cartório. São avanços fundamentais, defendidos por muitas e muitos de nós



com os Doritos, Sky e Uber, mas nas redes sociais, no nosso diário e incansável web-ativismo, nos tornamos centenas de milhares de híbridos: celebridade-ativista, celebridade-ativista-modelo, celebridade-ativista-formadora de opinião, celebridade-ativista-acadêmica. Milhares de seguidores. Compartilhamentos likes, dispensamos coletivos, partidos, ONGs e todas essas organizações e instituições que nos pareciam tão fora de moda. Livres. Individuais. Liberais. Empoderadas e cheias de opinião.

LUTAR EM TEMPOS DE BOLSONARO

O processo que levou à eleição de Jair Bolsonaro merece toda a atenção de nossas lutas, por muitas razões, que vão muito além da perda de direitos e caminham no sentido de constituir um ativismo capaz de responder criativamente a isso.

É preciso que nos dediquemos política e intelectualmente a compreender o encadeamento caótico dos acontecimentos, estando abertas, inclusive, a abrir mão do apego a esta ou aquela forma de constituir nossa luta feminista.

O ABISMO, PARALAXE.

Parece haver um imenso abismo entre nós e os eleitores de Bolsonaro, os milhões que eles são. E é um abismo insustentável. Ainda que insistamos no rompimento de

amizades, “eles” estarão na padaria, no mercado, no trabalho, na escola, no banco, na universidade. São milhões e, frequentemente, dividem o mesmo espaço conosco. Habitamos o mesmo mundo.

“Eles” não podem ser identificados por este ou aquele signo. Há mulheres, gays, negros e toda uma constelação das “minorias” simbólicas que nossas lutas acreditam e tentam “representar”.

Aumentar a distância entre um suposto “nós” e “eles” é o caminho mais rápido para um desastre ainda mais radical, que é nosso isolamento. O desafio neste momento, penso, consiste em encontrar maneiras de constituir uma relação com essas tantas pessoas que identificaram em Bolsonaro uma resposta para suas mazelas. Reduzir o abismo. Movimentar-se até o outro extremo, ou, ainda mais radical e geologicamente, colocar fim ao abismo unindo os territórios opositivos.

A DESMORALIZAÇÃO NECESSÁRIA

A defesa da vida. A defesa dos oprimidos. A defesa da democracia. O fim da desigualdade. As políticas sociais. Essas defesas não podem ser simplesmente morais, deixemos a moralidade impositiva para as religiões. A moralidade dessas defesas pode transformá-las em significantes vazios e propostas radicalmente antagônicas entre si poderão



Parece haver um imenso abismo entre nós e os eleitores de Bolsonaro, os milhões que eles são. E é um abismo insustentável. Ainda que insistamos no rompimento de amizades, “eles” estarão na padaria, no mercado, no trabalho, na escola, no banco, na universidade. São milhões e, frequentemente, dividem o mesmo espaço conosco



ser significadas como ajustadas a isso.

Noutro sentido, é importante termos em mente: não há mérito universal ou elemento de distinção nenhum em ser militante ou ativista do que quer que seja. Não podemos continuar esperando que as pessoas defendam isso ou aquilo por razões morais.

É preciso abandonar essa superioridade moral, distanciada e boba, para relembrarmos que nossas ideias, para que ganhem as pessoas, precisam ser expostas. As pessoas precisam entender os caminhos que nos levam a crer que sejam as melhores ideias.

Frequentemente, a nossa “superioridade moral” beira o elitismo. E, por vezes, pen-

samos que, se alguém discorda disso ou daquilo é porque ou não sabe o suficiente ou não entendeu. Essa é uma postura dogmática. Se temos sido até aqui dogmáticos e nos lascamos, é bom começarmos a constituir outras formas de ser.

A BRIGA PELO SENTIDO

Teremos o árduo trabalho de responder e traduzir o sentido de feminismo e esquerda para os que chamamos “eles”. Não será uma tarefa simples. Cabe tudo e cabe nada. Quicá tenhamos que inventar novos sentidos, deformando os conhecidos, ou, melhor ainda, permitindo que a escuta das vozes que ecoam por e do abismo nos deformem.

O PUNITIVISMO DO QUANTO PIOR MELHOR

É hora de parar de dizer “Eu avisei” ou “Quando o Bolsonaro ferrar todo mundo e acabar com os direitos das pessoas, então elas verão que estamos certos”. Gente, percebem a lógica punitivista implícita nesse discurso? Será pelo sofrimento advindo do erro que o sujeito aprenderá. Além disso, é pura inação, né? Se quisermos que algo aconteça é preciso organizarmos as lutas, uai, e pra isso talvez seja preciso olharmos para as práticas que construímos ao longo do tempo e percebermos se respondem as formas de dominação do nosso tempo.

“EU PREFIRO NÃO FAZER”

A famosa frase de Bartleby – do conto de Herman Melville – talvez nos dê uma pista sobre como reagir às estratégias de *fake news* e *polemização* incessante. Recusamos. Temos sido até aqui reativos. Maus reativos. Anunciamos um mundo que se assemelha a um paciente terminal e então vivemos reagindo as crises que aparecem.

Temos sido feministas e militantes de esquerda absolutamente promotores de afetações negativas, que, se por um lado geram comoção, conjuntamente produzem desesperança, medo e dor.

Recusamos debater nos termos que nos ofertam. Recusamos responder as provocações que nos fazem. Inventemos.



Helena Vieira é pesquisadora, transfeminista e escritora.



Bolsonaro e o grande capital no rastro das queimadas amazônicas

Se a devastação ambiental não for detida, a maior floresta tropical do mundo pode chegar a um ponto de não-retorno em seu processo de extinção. A busca do lucro sem freios coloca em risco não apenas a biodiversidade, mas populações inteiras que dependem de rios e matas para existirem

A Amazônia começou a queimar com a articulação das atividades madeireira e pecuária: desmatava-se a floresta, retirava-se toda a madeira de valor e, finalmente, vinha o fogo a preparar a terra para a formação de pastos

AGRONEGÓCIO E GRANDES PROJETOS

Adotando o agronegócio como a principal fonte de riquezas do Brasil, mesmo após a democratização, nas décadas de 1980-90, os diversos governos que se seguiram nada fizeram para mudar a política para a Amazônia. Até mesmo durante os 13 anos de governos petistas, os chamados “grandes projetos” continuaram sendo implementados, tendo a hidrelétrica de Belo Monte, construída no governo Dilma Rousseff, como marca indelével da submissão da natureza às ordens do capital. A floresta amazônica continuou sendo mercantilizada, enquanto os modos de vida e trabalho dos moradores foram sistematicamente alijados.

Mais especificamente em relação às queimadas, desde 2009, cidades amazônicas como Manaus e Rio Branco têm o cotidiano afetado por nuvens de fumaça que transformam o dia em noite³. Em 2015, formou-se um corredor de fumaça gigantesco que ia da região do baixo-Amazonas – no estado de mesmo nome – até o Pará. Esse corredor de fumaça era tão grande que podia ser detectado por satélites⁴.

Aeroportos fechados por falta de visibilidade e as pessoas da região lotam os postos de saúde devido a problemas respiratórios. Um estudo de 2017 demonstrou que a fumaça das queimadas na Amazônia causa danos ao material genético e morte das células pulmonares, podendo os efeitos se estenderem por toda a América do Sul⁵. Além disso, milhares de plantas e animais que compõem a rica biodiversidade amazônica estão sob ameaça de extinção devido às queimadas e os efeitos do desmatamento

grupos guerrilheiros que lutavam nos países fronteiriços.

Para “salvar” a Amazônia, a ditadura organizou a abertura da Floresta à exploração predatória por meio da promoção do crescimento populacional, da migração, invasão e ocupação de territórios indígenas, e da expansão do latifúndio e do subsídio aos projetos ligados à pecuária, extração de madeira, mineração, construção de hidrelétricas e estradas.

A Amazônia começou a queimar com a articulação das atividades madeireira e pecuária: desmatava-se a floresta, retirava-se toda a madeira de valor e, finalmente, vinha o fogo a preparar a terra para a formação de pastos.

3 FOLHA DE SÃO PAULO. **Fumaça de queimadas encobre Manaus (AM)**. 30/09/2009; O GLOBO. Nuvem de Fumaça cobre Manaus. <https://oglobo.globo.com/brasil/nuvem-de-fumaca-cobre-manaus-3121078>. Publicado em 30/09/2009. Acesso em 02/11/2019; **Manaus amanhece com fumaça**. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/manaus-amanhece-com-fumaca-de-queimadas>. Publicado em 02/10/2009. Acesso 02/11/2019;

4 **Desmatamento e queimadas voltam a aumentar na Amazônia**. Publicado em 26/11/2015. <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/11/desmatamento-e-queimadas-voltam-aumentar-na-amazonia.html>. Acesso em 02/11/2019;

5 ALVES, Nilmar de Oliveira et al. Biomass burning in the Amazon region causes DNA damage and cell death in human lung cells. *Scientific Reports*, v. 7, artigo n. 10937, Set. 2017.

Priscilla Cardoso Rodrigues Mônica Xavier de Medeiros

Na tarde do dia 19 de agosto de 2019, o céu da cidade de São Paulo escureceu. O encontro de uma frente fria com nuvens de queimadas vindas da floresta amazônica formou um fenômeno que fez a tarde virar noite. Com isso, as queimadas na Amazônia ganharam visibilidade na imprensa,

fazendo com que o mundo inteiro voltasse os olhos para a maior floresta tropical. Ela comporta um terço de toda a biodiversidade, forma a principal reserva de carbono e representa quase metade de todas as florestas tropicais remanescentes da Terra¹.

Tais fatores, entretanto, não impedem que o Brasil também seja um dos maiores

emissores planetários de gases de efeito estufa por desmatamento, sendo responsável pela derrubada de mais de 2 milhões de hectares anuais de florestas somente na Amazônia².

2 STEVENS, Caleb; WINTERBOTTOM, Robert; SPRINGER, Jenny; REYTAR, Katie. **Securing Rights, Combating Climate Change**: How Strengthening Community Forest Rights Mitigates Climate Change. Washington, DC: World Resources Institute, 2014

1 LAURANCE, William F. et al. The Future of the Brazilian Amazon. *Science*, v. 291, p. 438-439, Jan. 2001.

para o aquecimento global têm atingido toda a humanidade⁶.

O QUE MUDOU COM BOLSONARO?

O governo Bolsonaro representou um salto de qualidade na mercantilização da Floresta Amazônica. Setores da burguesia ligados ao agronegócio, à mineração e ao capital internacional ocuparam cargos-chave no aparelho de Estado que deveriam elaborar políticas públicas de proteção ambiental, demarcação de terras indígenas e quilombolas, reforma agrária e apoio à agricultura familiar e, inclusive, programas de prevenção e combate às queimadas. Isso levou ao enfraquecimento de políticas e de órgãos estatais fundamentais para a defesa da Floresta - como o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBIO, FUNAI, INCRA - e de programas como o Prev-Fogo.

Se isso não fosse o suficiente para colocar a Floresta em risco, o discurso anti-indígena e antiambientalista de Bolsonaro deu força a atividades criminosas realizadas por agropecuaristas, grileiros, madeireiros e garimpeiros. Sentindo-se poderosos ao verem o presidente como aliado, e na certeza da impunidade em relação aos crimes ambientais, fazendeiros do sudoeste do Pará promoveram o “Dia do Fogo” em agosto, que consistiu na organização criminosa de incêndios florestais na região por meio de convocação feita por meio de mensagens de *WhatsApp*. Como resultado, de acordo com o INPE, as queimadas na Amazônia aumentaram 196% naquele mês, comparadas ao mesmo mês do ano passado⁷.

DESMATAMENTO RECORDE

O desmatamento aumentou exponencialmente no governo Bolsonaro e isso foi fundamental para a ampliação dos focos de

6 DÍAZ Sandra; SETTELE, Josef; BRONDÍZIO, Eduardo. *Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services*: unedited advance version. Paris: IPBES, 2019.

7 Nesse sentido, ver o Banco de Dados de Queimadas, do Programa Queimadas do INPE. Disponível em: <<http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/>>. Ver também: G1. **Agosto tem o maior número de focos de queimadas na Amazônia dos últimos 9 anos, segundo o Inpe**. Publicado em 01/09/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/01/agosto-tem-o-maior-numero-de-focos-de-queimadas-na-amazonia-dos-ultimos-9-anos-segundo-o-inpe.ghtml>> Acesso em 15/11/2019.

Milhares de plantas e animais que compõem a rica biodiversidade amazônica estão sob ameaça de extinção devido às queimadas e os efeitos do desmatamento para o aquecimento global têm atingido toda a humanidade



incêndio na Amazônia e em todo o Brasil⁸. A nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (IPAM), divulgada em agosto de 2019, revelou que a estiagem deste ano pode ser considerada suave, portanto, não se pode apontar a falta de umidade como principal causa das queimadas. A nota técnica também concluiu que os dez municípios da Amazônia que tiveram as maiores taxas de desmatamento foram justamente aqueles que apresentaram mais focos de incêndio, o que revela que “a concentração de incêndios florestais em áreas recém-desmatadas e com estiagem branda, representa um forte indicativo do caráter intencional dos incêndios: limpeza das áreas recém-desmatadas”⁹.

OS POVOS DA FLORESTA

Quilombolas, indígenas, ribeirinhos e trabalhadores rurais amazônicos têm maneiras próprias de conviver com a floresta. Os rios, lagos, terras, árvores são dimensões de sociabilidade, na qual plantas, animais e seres humanos formam uma rede bastante frágil de relações das espécies entre si e com o meio ambiente, de cujo equilíbrio dependem o clima, a qualidade da água, o solo, a reciclagem de nutrientes e demais serviços ecossistêmicos fornecidos por esse bioma.

Entretanto, desde o golpe de 2016 e, de forma mais acentuada, desde o início do governo Bolsonaro, esse equilíbrio tem sido ameaçado em decorrência do avanço do agronegócio e da mineração em larga escala sobre os territórios desses povos tradicionais, especialmente dos povos indígenas. Além de o Presidente retirar a proteção governamental das áreas protegidas da Amazônia (terras indígenas e unidades de conservação), também tem feito pronunciamentos propondo a abertura dessas áreas para a produção capitalista, provocando aumento dos casos de queimadas, ocupação e garimpo ilegal, bem como a desestruturação dos modos de vida e trabalho desses povos.

8 Entre janeiro e setembro de 2019, o INPE identificou mais de 90 mil focos de incêndio em todo o território nacional, um aumento de 71% em relação ao mesmo período do ano passado. Nesse sentido ver dados do Programa Queimadas do INPE (Disponível em: <<http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal/>>).

9 IPAM AMAZÔNIA. *Amazônia em Chamas*. Nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Agosto/2019.

GOLPE NA REFORMA AGRÁRIA

No mesmo sentido, a reforma agrária também sofreu um duro golpe com a aprovação da Lei nº 13.465/2017 (apelidada Lei da Grilagem), que legalizou a mercantilização de terras, transformando-as em ativo comercial, tendo adotado, como principais medidas, a antecipação da emancipação dos assentamentos para que os lotes estivessem disponíveis mais cedo para a venda no mercado de terras e a legalização da grilagem. Soma-se a isso a ampliação para 2.500 hectares o limite de regularização de terras públicas devolutas no âmbito do programa Terra Legal na Amazônia.

O grande problema é que, como qualquer outro ecossistema, a Amazônia também tem um ponto limite que, se ultrapassado, impedirá para sempre a recuperação: “Muitos cientistas temem que a floresta inicie um processo irreversível em direção a savanas se o desmatamento atingir 40% do território. As implicações dessa transformação para o aquecimento global, ciclos hidrológicos e biodiversidade seriam catastróficas”¹⁰.

Portanto, só conseguiremos entender melhor o contexto do aumento das queimadas - que chamou a atenção do mundo ao escurecer o céu de São Paulo no meio da

10 VERÍSSIMO, Adalberto et al (org). *Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios*. Belém: Imazon; São Paulo: ISA, 2011. p. 14.

Desde o golpe de 2016 e, de forma mais acentuada, desde o início do governo Bolsonaro, o equilíbrio ecológico tem sido ameaçado em decorrência do avanço do agronegócio e da mineração em larga escala

tarde - e os reais efeitos desses fenômenos para os brasileiros e para toda a humanidade - se compreendermos que ele se encontra inserido num contexto mais amplo de desestruturação de direitos territoriais

e ambientais duramente conquistados pelos movimentos sociais desde a queda da ditadura civil-militar. Tais direitos têm sido, por décadas, as principais armas dos povos amazônicos para a proteção e defesa da floresta, dos territórios ancestrais e da sobrevivência física e cultural.



Priscilla Cardoso Rodrigues é graduada e mestre em Direito pela Universidade

Estadual Paulista/UNESP; doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/FDUC; professora do Instituto de Ciências Jurídicas e do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima/UFRR; e investigadora do Instituto Jurídico da FDUC.



Mônica Xavier de Medeiros é doutora em História Social pela Pontifícia Universidade

Católica de SP-PUC/SP; e professora do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas/UEA.

Entrevista
David Harvey

Bolsonaro e Trump não vão durar. Há em vários lugares um renascimento da esquerda

David Harvey, um dos mais criativos pensadores heterodoxos da atualidade, analisa nesta entrevista quem ganhou e quem perdeu com a crise global, o crescimento da China, os problemas na Amazônia e o avanço da extrema direita no mundo

Francisvaldo Mendes

O geógrafo britânico David Harvey é citado entre os principais geógrafos em atividade no mundo, mas nada em suas atitudes e observações reforça o estereótipo do “grande professor” ou do “acadêmico tradicional”. Pose e arrogância são comportamentos banidos de seu dia a dia.

Talvez a trajetória intelectual explique muito de sua atitude. Ele iniciou a carreira acadêmica pelos estudos literários. A opção pelo marxismo foi “tardia”. Dele só passou a se valer quando já estava bem adiantado na carreira de pesquisador. Buscava ferramentas que permitissem uma compreensão plena dos fenômenos da urbanização e dos ciclos de acumulação de capital. Atualmente, é professor na City University of New York.

Ao lado de títulos mais conhecidos – como *Os limites do capital*, *Condição pós-moderna*, *Breve história do neoliberalismo*, *O novo imperialismo*, *Espaços de esperança*, *Espaços do capital*, entre muitos outros – Harvey publicou em 2003 um livro cativante – *Paris, capital da modernidade* – em que lança mão de todo o estoque de recursos intelectuais para analisar a remodelação da capital francesa no século 19. As reformas urbanas, conduzidas pelo barão Hausmann e por Napoleão III, são examinadas a partir de Balzac, Flaubert e Marx, ao lado de cartuns e caricaturas do período, que se entrecruzam com estatísticas e interpretações de plantas e mapas, instrumentos típicos do ferramental do geógrafo. No Brasil, suas obras são lançadas pela Boitempo Editorial.

Há mais de vinte anos o senhor desenvolve o “Projeto Marx”. Qual a atualidade do pensamento de Marx numa época de grandes transformações e de crise do capitalismo?

Há quarenta anos, comecei a suspeitar que a economia convencional não estava fornecendo explicações corretas sobre o que

Num determinado momento da história, especialmente na época de Marx, a forma dinheiro era limitada pelo padrão-ouro e a quantidade de ouro no mundo era limitada. Mas, em 1971, o a relação dólar-ouro foi rompida e se começou a focar no sistema financeiro desmaterializado. Sem esse vínculo, você pode criar quantos dólares desejar

acontecia no mundo. Comecei a ler Marx e a pensar como reconstruir o pensamento e ajustá-lo às condições contemporâneas. Ao chegar nos anos 2007-08, fiquei totalmente convencido de que os estudos da economia convencional não tinham nada a oferecer para esclarecer nossos problemas reais. Ali, o topo da pirâmide social emergiu da crise mais rico do que antes. Era possível constatar que a economia política focava naquele 1% mais rico ou então no 0,1% mais rico. É uma espécie de socialismo para os influentes, para os bancos e para o mercado financeiro, enquanto a austeridade era destinada aos demais. Então, refleti e pensei: “Nós precisamos de outro arcabouço teórico para compreender o que está acontecendo”. Dediquei bastante tempo estudando Marx e percebi que a teoria econômica que conseguiria abordar tudo aquilo foi proposta por ele.

Marx, obviamente, estava incompleto, não teve tempo de fazer tudo em seu tempo de vida. Minha missão foi reler Marx a altura das circunstâncias contemporâneas e fazer a pergunta do que ele poderia dizer. O objetivo seria pegar aquilo que nós conhecemos de Marx e criar um marxismo muito vibrante, lidando com as circunstâncias atuais.

O arcabouço teórico que Marx fornece é algo a ser amplamente compreendido. E, por isso, tento escrever textos que promovam essa compreensão. Nós que estamos nos envolvendo nesse projeto de trazer Marx para pessoas comuns o tempo inteiro, temos uma grande missão.

Em seu livro *As 17 contradições e o fim do capitalismo* (Boitempo), o senhor trata da questão dos juros compostos sobre a dívida e a incapacidade de o capital manter o crescimento exponencial infinito. A emissão de dinheiro na crise de 2008 deu fôlego para as grandes corporações e para o sistema como um todo. Essa nova turbulência pode ser reduzida com mais emissão de dinheiro-papel? E se puder, até quando? Sem que se dessemboque num gigantesco “crash”?

A única forma que o capital pode crescer sem nenhum tipo de limite físico é a forma dinheiro. Num determinado momento da história, especialmente na época de Marx, a forma dinheiro era limitada pelo padrão-ouro e a quantidade de ouro no mundo era limitada. Mas, em 1971, a relação dólar-

-ouro foi rompida e se começou a focar no sistema financeiro desmaterializado. Sem esse vínculo, você pode criar quantos dólares desejar.

Um dos responsáveis da crise de 2007-08 foi o que hoje nós chamamos de flexibilização quantitativa, que é simplesmente adicionar “zeros” à oferta monetária global, que se expandiu dramaticamente naquele momento. A ideia é que ao criar dinheiro, criando liquidez, esse dinheiro iria fluir e revitalizar o sistema. Infelizmente, isso não aconteceu e parte do dinheiro foi para o mercado da bolsa de valores e de terras. E ele não foi, portanto, para atividades produtivas, mas para atividades especulativas. As emissões reforçaram o poder e a capacidade do 1% mais rico. Como aumentou o valor do mercado de ações, então o dinheiro foi para aqueles que tinham uma parte das ações. E aí, causa-se uma inflação muito grande e isso suscita a pergunta: como controlar a inflação? Para fazer isso, é necessário manter o consumo reprimido ou então manter o consumo focado no crédito. Isso levou a um rápido aumento da dívida pública global. Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tornou público um relatório falando que a dívida global está no nível de cerca de 230% do PIB do planeta. O que vai acontecer? Há cálculos a sugerir que cada habitante do mundo está endividado em US\$ 80 mil.

Como vamos gerenciar essa dívida? Como ela vai ser reduzida? E uma das formas possíveis é fazer como na Grécia, a partir de 2014-15. Lá houve austeridade selvagens. Cancelamento da aposentadoria das pessoas e anulação do bem-estar. Não é algo possível politicamente num país grande como os EUA, haveria revoltas e sublevações muito rapidamente, com certeza. Outra possibilidade é uma grande inflação. E grandes inflações já aconteceram no passado. Acho que em algum momento voltaremos a ter grande inflação. Se estiver devendo US\$ 80 mil, talvez consiga em alguns anos pagar essa dívida, mas a maior parte das pessoas provavelmente não conseguiria. Imagina se você fosse à favela e falasse: “você tem US\$ 80 mil de dívida, pague-nos agora”. Obviamente, haveria uma revolução nas ruas.

A mídia tem ressaltado e diversos economistas vêm anunciando que estamos entrando numa nova recessão

“ Há uma grande coisa acontecendo no mundo hoje em dia que é falar mal da China e culpá-la de tudo. Eu quero destacar que em 2007-08 a China, sozinha, salvou o capitalismo global do colapso. Ela fez isso por meio de um projeto de investimento vasto na reconstrução das infraestruturas e na construção de novas cidades. Foi fenomenal ”

mundial. O senhor acredita que isso pode levar a uma exacerbação da luta de classes na China?

Há uma grande coisa acontecendo no mundo hoje em dia que é falar mal da China e culpá-la de tudo. Eu quero destacar que em 2007-08 a China, sozinha, salvou o capitalismo global do colapso. Ela fez isso por meio de um projeto de investimento vasto na reconstrução das infraestruturas e na construção de novas cidades. O que fizeram foi fenomenal. Os chineses estão numa situação muito interessante. Houve uma formação muito grande da classe trabalhadora global nos últimos 40 anos. Ela aumentou em um bilhão de pessoas desde 1980. São basicamente chineses. Aconteceu também a entrada de mulheres na força de trabalho. E a proletarianização das mulheres também é um grande aspecto do capitalismo contemporâneo. A pergunta é: o que essa classe trabalhadora está fazendo? Nos EUA houve desindustrialização e em parte da Europa também. A classe trabalhadora da manufatura diminuiu em número e poder e passou da produção de carros para a produção de hambúrgueres, coisas desse tipo. Houve uma reconstrução dos formatos de emprego em muitas das economias ocidentais. Já na China nós vemos um crescimento da classe trabalhadora convencional. A Fox Comp, por exemplo, que produz iPhones e computadores da Apple, emprega 1,5 milhão de pessoas somente na China.

Há dificuldades, pois quando o mercado dos EUA colapsou, eles precisaram reorientar a produção. Estavam também com falta de mão de obra. Logo, os salários começaram a crescer dramaticamente. E a classe trabalhadora que não tinha consciência de classe, começou se tornar uma força de trabalho em si. E começou a acontecer luta de classe. Mas a China não é uma economia capitalista comum. Houve sinais de repressão a movimentos, mas por outro lado tem também uma legislação muito mais anti-liberal e anticapitalista do que outros países, como os EUA e os da Europa. O que vai acontecer com a China em termos da configuração de classe e como os partidos comunistas vão se relacionar com isso? É uma das grandes perguntas em aberto do futuro. Há particularidades sérias lá. Os quatro maiores bancos do mundo são chineses. Mas, todos os bancos chineses pertencem ao Estado, eles seguem as políticas públicas



David Harvey e Francisvaldo Mendes, presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, em São Paulo

do Estado. Eles não pegam dinheiro e levam para o topo da pirâmide. Eles seguem as instruções do partido e levam dinheiro onde há uma maior necessidade social.

O senhor falou muito da classe trabalhadora da China. Especialistas indicam que em vinte anos metade dos empregos atuais serão substituídos por robôs e novas tecnologias. O que será da classe trabalhadora que, hoje, já enfrenta desemprego e dispersão?

Eu entendo que haverá uma reorganização radical das possibilidades de emprego por meio da aplicação da inteligência artificial. Com a automação e com a robotização, muitas corporações industriais reduzirão os postos de trabalho dramaticamente por causa disso. Por exemplo, quando cheguei à cidade de Baltimore, nos EUA, em 1959, havia grandes siderurgias que empregavam 30 mil pessoas. Trinta anos depois, o número de empregados caiu para 5 mil, produzindo a mesma quantidade de aço. Hoje, ela nem mais existe, pois a produção de aço desapareceu pela concorrência com a Coreia do Sul e com o Japão. Vamos ver a mesma coisa acontecendo em muitas

“ O pessoal do Vale do Silício tem uma visão do futuro, no qual todos nós receberíamos dinheiro suficiente para assinar o Netflix e ficar sentado no sofá. É algo horrroso ”

áreas. Nos Estados Unidos, nos anos 1970, a maior parte das pessoas cozinhava em casa. Hoje, pelo menos 2/3 da população tem pelo menos metade das refeições sendo fornecida por terceiros. Naquela época a gente nunca poderia imaginar que isso se transformaria numa indústria tão grande. Atualmente, a indústria alimentícia, tornou-se integrante da economia e boa parte dessa indústria se estabeleceu por meio dos aplicativos nos telefones celulares.

Vejo a luta de classes na China como um processo muito dinâmico. E, provavelmente, vai crescer porque ela acontece atualmente em locais isolados. Em geral, os municípios dão suporte para as empresas porque desejam que elas permaneçam no território. Mas, atualmente, o governo fala que não se deve dar suporte somente às empresas, mas aos trabalhadores. Portanto, existe um foco em cuidar da população trabalhadora. Houve um crescimento de estruturas de bem-estar social na China, que ajudarão a resolver o problema que a classe trabalhadora irá enfrentar com a inteligência artificial.

Há bastante literatura sendo patrocinada pelo pessoal do Vale do Silício (EUA), sobre

Populações alienadas tendem a se comportar de modo passivo, não se importando com nada e achando a política é horrível etc. A outra atitude é aquela na qual as pessoas ficam muito irritadas e vão para a rua quebrar tudo. Também é reação de uma população alienada, com um comportamento agressivo



RICARDO PESSETTI/FILM

Eu estou otimista nesse momento e não acho que Bolsonaro ou Trump irão durar. E vejo na Europa, na América Latina e no México um renascimento da esquerda. Porém, a esquerda tem que voltar de forma diferente do passado

a perda do emprego. Com isso, as pessoas não terão dinheiro para comprar nada. Há um medo dos capitalistas diante do fato de os trabalhadores não terem renda para manter o ciclo da demanda. O pessoal do Vale do Silício tem uma visão do futuro, no qual todos nós receberíamos dinheiro suficiente para assinar o Netflix e ficar sentado o dia inteiro no sofá. É algo horrível.

Como o senhor vê o perigo que a floresta Amazônica está correndo hoje?

A questão ambiental está se tornando muito crítica. No passado eu falava que era importante, mas não tão crítica, porque o capital, historicamente, sempre encontrava formas de variar a fonte de recursos e, até certo ponto, o clima não era tão problemático para o capitalismo porque quando havia furacões, havia reconstruções da cidade. As empreiteiras vinham e o capitalismo fazia negócios. Agora, estamos em outro patamar. É interessante perceber que a cobertura florestal no hemisfério norte está aumentando por várias razões e na flo-

resta tropical, ela está sendo desmatada, como na floresta Amazônica e na África. E o que isso representa é que nós estamos diminuindo um dos principais mecanismos de manter o dióxido de carbono dentro da terra. Nós teríamos que expandir a Amazônia e aumentar o reflorestamento. A Amazônia é, realmente, uma parte muito importante na questão global da mudança climática. Ela deve ser não somente protegida, mas expandida de uma forma que a agricultura ao redor dela seja a agricultura que absorva o carbono. Temos um acordo global a respeito das práticas de agricultura e também a respeito da proteção das partes do planeta terra que funcionam como um pulmão da economia global. A Amazônia com certeza é essencial, e o que está acontecendo é terrível.

Por fim, a que se deve o retorno de governos protofascistas como os casos de Bolsonaro e Trump?

No meu livro sobre as 17 contradições, eu termino com três delas que julgo fatais. A

primeira é a da impossibilidade do crescimento exponencial infinito do capital; a segunda é a questão ambiental; e a terceira é aquilo que nós chamamos de "alienação universal". É uma ideia compilada do que Marx desenvolveu em diversos contextos. Basicamente, nós nos sentimos separados e alienados de nós mesmos, do meio ambiente, do mundo ao nosso redor. Nós nos sentimos impotentes, nós sentimos que não há nada que possamos fazer para mudar o mundo. E populações alienadas tendem a se comportar de modo passivo, que não se importa com nada, que a política é horrível etc. A outra atitude é aquela que as pessoas ficam muito irritadas, elas vão para a rua e quebram tudo. Também é reação de uma população alienada, com um comportamento agressivo. Nos últimos trinta, quarenta anos, o neoliberalismo prometeu muito em termos de liberdade individual. Por um certo tempo, pareceu que o neoliberalismo continha algo como possibilidade de uma individualização e uma liberdade e que, ao mesmo tempo,

iria trazer um desenvolvimento econômico positivo, saudável e robusto. Mas com a crise de 2007-08, começamos a perceber que essa liberdade só era oferecida para aqueles 1% mais ricos. O crescimento que havia sido prometido não se cumpriu. Houve uma perda de legitimidade do neoliberalismo. Havia tempo, eu achava que isso iria acontecer e que o neoliberalismo para sobreviver deveria incorporar formas autoritárias de governança. Os governos começaram a ficar mais autoritários e, nesse momento, as populações descontentes começaram a falar "bom, se a gente vai ter um governo autoritário, vamos ter então". Daí, houve a abertura para movimentos fascistas e acho que Bolsonaro e Trump entraram nesse momento. E agora há esse crescimento global de governos protofascistas e autoritários, no mundo inteiro. E a culpa de todos os problemas é direcionada para, por exemplo, imigrantes e estrangeiros. Deram à população alienada a chance de expressar o descontentamento e o ódio por meio de comportamentos violentos contra as minorias e

contra a esquerda. Esta tem um desafio real de "como lidar com as populações alienadas", fornecer alguma saída e restaurar a relação com elas, no sentido de confiança na política para que possam ver na esquerda uma possibilidade.

Estou otimista neste momento, não acho que Bolsonaro ou Trump irão durar. E vejo na Europa, na América Latina e no México um renascimento da esquerda. Porém, ela tem que voltar de forma diferente do passado. Isso diz respeito, especialmente a não se colocar como uma "elite intelectual", para ditar as políticas para as massas. Uma organização, como o PSOL, que está baseado em movimentos de massa, é crucial. Não se deve perder a ligação com os movimentos sociais, mas vê-los como uma vanguarda que vai jogar luz no caminho a seguir. Não deveria falar contra a elite intelectual, pois sou um intelectual da elite, da esquerda. Ao mesmo tempo, sou a última pessoa que está buscando algum tipo de poder político. Não confiem em mim para esse tipo de tarefa.



O BREXIT DIVIDE O REINO UNIDO

A vitória que a proposta de saída da União Europeia obteve em 2016 acarreta dois problemas. O primeiro é a possibilidade de um forte retrocesso econômico num continente cuja economia se desacelera. O segundo é fortalecer preconceitos racistas e xenófobos contra imigrantes. Se o Brexit prejudica os trabalhadores, tampouco a manutenção de uma União pautada pelo neoliberalismo se mostra uma alternativa positiva

Robério Paulino

O impasse que o Reino Unido vive há anos sobre o Brexit, como é conhecida a decisão de sair da União Europeia (UE), se acirrou em 2019, à medida que se aproxi-

mava o prazo limite de sua efetivação. O plebiscito que decidiu pela saída do bloco econômico europeu ocorreu em 23 de junho de 2016. Londres e algumas cidades maiores votaram por permanecer (*remain*) na UE, enquanto a maior parte das cidades

menores optou por sair (*leave*). Depois de três anos e meio daquela decisão, no entanto, o rompimento ainda não ocorreu.

Diversos entraves levaram a sucessivos adiamentos de sua aplicação. O impasse interno levou o governo britânico a soli-

citar novo adiamento ao bloco europeu, com a saída agora agendada para 31 de janeiro de 2020. O prazo anterior expirava em 31 de outubro.

Uma das razões que levaram aos diversos adiamentos foi que a vitória do Brexit em 2016 ocorreu por uma margem bastante apertada, de 52% para sair, contra 48% para permanecer. Outra razão é que o Partido Conservador e seus aliados, que impulsionaram a saída, não têm uma maioria suficiente de 2/3 no Parlamento, necessária para fazer as coisas andarem do seu próprio jeito. Os conservadores radicais do Partido do Brexit, de posição claramente anti-UE, por sua vez, cresceram desgastando os dois últimos primeiros-ministros conservadores, Theresa May e Boris Johnson, acusando-os de não cumprirem o que foi definido no referendo de junho de 2016.

Empresas e famílias não conseguem fazer planos e o clima de incerteza corrói a confiança na economia e na capacidade de liderança dos governantes. A libra, considerada um melhor indicador da saúde econômica do Reino Unido do que o próprio índice da Bolsa de Londres, continua volátil como decorrência da instabilidade política causada pela incerteza em relação ao Brexit

APREENSÃO E EXPECTATIVA

O país vive um clima de apreensão e expectativa. A população e os políticos estão bastante divididos: alguns querem que o Reino Unido saia o quanto antes. Outros, como o Partido Liberal Democrata e o ex-primeiro ministro Tony Blair, defendem mesmo um novo referendo e alguns propõem até cancelar completamente o Brexit. Empresas e famílias não conseguem fazer planos e o clima de incerteza corrói a confiança na economia e na capacidade de liderança dos governantes. A libra, considerada um melhor indicador da saúde econômica do Reino Unido do que o próprio índice da Bolsa de Londres, continua volátil como decorrência da instabilidade política causada pela incerteza em relação ao Brexit.

Boris Johnson, no papel de primeiro-ministro, chegou a tentar suspender temporariamente a Câmara dos Comuns, com apoio da rainha, fato sem muitos precedentes na história do país desde a Revolução Gloriosa no final do século XVII. Esta colocou o parlamento como centro do poder na Grã-Bretanha e a nobreza numa situação quase decorativa.

POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO BREXIT

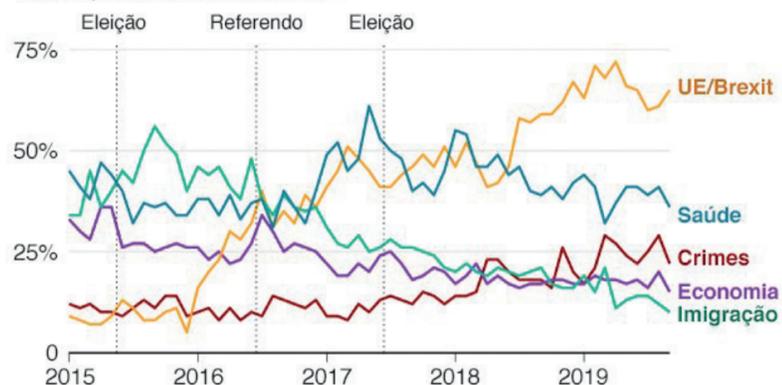
Britânicos e imigrantes acompanham com grande expectativa e apreensão o desenrolar do conflito. Como, além de livre comércio, a UE permite também um trânsito relativamente liberado de cidadãos entre seus países, os estrangeiros, muitos brasileiros inclusive, sabem que uma decisão por sair do bloco europeu complica a situação dentro do Reino Unido. Além disso, pode tornar mais rígidos os controles nas fronteiras e as exigências para a permanência. Em Londres, uma cidade muito globalizada, a preocupação é grande, já que tem uma proporção muito elevada de imigrantes recentes e seus descendentes.

Até 2006, ou seja, antes da crise econômica de 2008-09, que atingiu em cheio a economia europeia, o Brexit não estava entre as maiores preocupações da população britânica. Hoje, a continuidade ou não na UE é o assunto mais importante para os britânicos, como pode ser visto no gráfico 1.

O temor dos que se opõem ao Brexit, no entanto, são também as possíveis consequências na economia. Especialistas

Para a população, que questões são mais importantes hoje para a Grã-Bretanha?

Brexit se tornou uma questão importante desde referendo sobre permanência na UE



Fonte: Ipsos Mori Issues Index

BBC

preveem uma forte desaceleração caso a Grã-Bretanha saia da União Europeia sem um acordo equilibrado. Com um Brexit unilateral, o Banco da Inglaterra previu recentemente uma queda em torno de 5,5% no PIB, a elevação do desemprego para 7% e inflação acima de 5%, frente aos 2,1% atual.

A incerteza toma conta do país. A economia britânica já é dominada por empresas transnacionais e um isolamento, mesmo que parcial, teria um impacto negativo inicial inevitável no comércio exterior, com reflexo imediato na economia interna.

RAZÕES IMEDIATAS DO BREXIT

Várias são as razões apontadas por distintos analistas que levaram a maioria da população a votar pela saída da UE. A primeira é que o casamento entre o Reino Unido e o restante da Europa Ocidental nunca foi fácil. Demorou muitos anos para os britânicos entrarem na Comunidade Econômica Europeia, há quatro décadas. É como se o país tivesse aderido com má vontade por pressão ou por razões de interesse apenas de empresas transnacionais. Sempre houve certo ceticismo da população em relação aos benefícios dessa participação.

Uma segunda razão, que de certa forma se entrelaça com a primeira, é exatamente que grande parte da população não sentiu qualquer benefício de mais de quatro décadas de permanência na UE, ao mesmo tempo em que vê aumentar o desemprego, a queda da renda média, a violência, a corrupção, o declínio de empresas britânicas frente à invasão de transnacionais.

A incerteza toma conta do país. A economia britânica já é dominada por empresas transnacionais e um isolamento, mesmo que parcial, teria um impacto negativo inicial inevitável no comércio exterior, com reflexo imediato na economia interna

Isso reforçou um terceiro fator, o sentimento defensivo de afirmação nacional da população branca menos escolarizada, inclusive de grande parcela dos trabalhadores que historicamente votam nos Trabalhistas, contra os efeitos da mundialização da economia. Pesquisas apontam que 30% deles é a favor do Brexit.

CERTA IDENTIDADE NACIONAL

A ilha manteve historicamente certo distanciamento da Europa continental, sempre se orgulhou da economia e do pioneirismo na Revolução Industrial, apesar da decadência econômica. Assim, pode-se dizer que o Brexit é também uma manifestação de identidade nacional e cultural britânica, que se sente ameaçada com a mundialização da economia e a maior imigração, ainda que tal atitude possa ser entendida como retrógrada e polêmica.

Esse sentimento defensivo de identidade nacional se liga a um quinto fator negati-

vo. Trata-se do medo ou aversão aos novos imigrantes, com o temor que estes venham a ser maioria no país em duas ou três décadas. Isso já acontece em muitos bairros ou regiões de Londres, pelo que constatei em minhas incursões pela periferia da cidade. Em várias escolas públicas que visitei, percebi que a maioria das crianças já é filha de imigrantes não-brancos.

Outro argumento central dos defensores do Brexit foi que dentro da UE, a Grã-Bretanha não pode controlar o número de ingressantes no país e que só com a saída, aí sim, isso seria possível. As faixas de idade mais elevadas, especialmente mais ao norte, se identificaram com o bordão "lets take back control" (vamos retomar o controle) e deram a vitória aos que propunham o "leave". A aprovação do Brexit indica que o medo do afluxo de imigrantes no país era bem maior do que se supunha, especialmente entre os britânicos de baixa renda e menos escolarizados. O senti-

Em visita que fiz a Manchester – antigo centro fabril –, o único vestígio de indústria que encontrei foi no Museu da Revolução Industrial. A cidade viu perder toda sua indústria nas últimas décadas. Liverpool, o grande porto, hoje é uma cidade de serviços. O país produz muito pouco dos artigos industriais que consome



Manifestação antiimigração durante a campanha pelo Brexit, em 2016



mento muito foi bem explorado pelos defensores do “sair”.

Outro argumento demagógico muito usado pelos marqueteiros conservadores durante a campanha do plebiscito de 2016 foi que a saída da UE iria liberar 350 milhões de libras (em torno de R\$ 1,7 bilhão) por semana, a serem aplicados no sistema de saúde pública, uma das maiores preocupações da população por aqui, como se pôde ver no gráfico 1 já mostrado, principalmente das faixas de idade mais alta.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO, DECADÊNCIA ECONÔMICA E DESEMPREGO

Para entender as razões mais imediatas e aparentes que levam ao Brexit, como o medo e mesmo a aversão aos imigrantes, é preciso investigar, no entanto, os fatores mais profundos e estruturais que explicam as atitudes de parte da população britânica que o apoia. O fenômeno também encontra correspondência em países

da Europa continental e dá base ao crescimento de partidos nacionalistas e fascistas por toda a região. Mesmo na classe operária organizada esse sentimento se pode ser encontrado.

Enquanto as economias europeia e mundial iam bem, durante a Era de Ouro, período de crescimento elevado e ininterrupto por quase 30 anos depois do fim da II Guerra Mundial, com baixíssimo desemprego, a Europa incentivou e permitiu a entrada de imigrantes para exercer as funções que já não interessava tanto aos trabalhadores nativos. Eram funções como lixeiros, trabalhadores de limpeza, motoristas, taxistas, bilheteiros, agentes de estações, seguranças, vendedores etc. Os trabalhadores nacionais conviviam bem e não se sentiam ameaçados pelos que vinham de fora.

Com a crise e a elevação dos preços do petróleo na década de 1970 a festa acaba, o quadro muda e o mundo ocidental e a Europa entram em recessão. Essa era a

chance que os liberais radicais esperavam. As vitórias de Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher na Grã-Bretanha foram expressões da nova era aberta.

AUSTERIDADE ANTISOCIAL

Os programas de austeridade implantados por essa corrente enxugaram o tamanho do Estado, os programas sociais e os direitos dos trabalhadores em todo mundo. Ao mesmo tempo liberaram as empresas das amarras para demitir, reduzir salários e precarizar as relações de trabalho. A esse processo se somaram ainda outros três, pelo menos.

PRIMEIRO, a automação, a robotização e as novas técnicas de produção oriundas do Japão, conhecidas como Toyotismo, economizaram mão-de-obra, ceifaram milhões de empregos por aqui também, combinando-se como uma luva com o neoliberalismo.

UM SEGUNDO FATOR combinado e decorrente do neoliberalismo é o profundo

processo de desindustrialização que vive a Grã-Bretanha. O capital fecha milhares de empresas e acaba com milhões de empregos no Ocidente e os envia para a Ásia – ou para o Leste Europeu depois da década de 1990 – em busca de menores custos de produção e maiores lucros. A China foi um paraíso para o capital nas últimas três décadas. Esse processo arrasou completamente Detroit, por exemplo, centro da produção automotiva dos EUA na primeira metade do século XX, transformando-a num cemitério de fábricas a céu aberto, com antigos bairros operários hoje desertos, com milhares de casas abandonadas.

Aqui no Reino Unido, numa visita que fiz a Manchester, o único vestígio de indústria que encontrei foi no Museu da Revolução Industrial. A cidade viu perder toda sua indústria nas últimas décadas. Liverpool, o grande porto da Revolução Industrial, hoje é uma cidade de serviços. O país produz muito pouco dos artigos industriais que consome.

Andando pelas ruas de Londres, pode-se perceber que as marcas de automóvel que rodam por aqui são alemãs, coreanas, japonesas e italianas. A cidade vive do turismo, dos serviços e das finanças.

EM TERCEIRO LUGAR, para montar o quadro, some-se ao neoliberalismo arrasador, ao Toyotismo e à desindustrialização, a crise econômica aberta em 2008-09, que reduziu ainda mais o ritmo das economias pelo mundo, elevou o desemprego e precarizou ainda mais as condições de trabalho. Esses fatores todos somados afetaram profundamente a situação, a percepção e a atitude dos povos e dos trabalhadores ocidentais e aqui também.

Ao não perceber que as razões de fundo do processo são as novas configurações do capital, a população passa a identificar no fator mais visível – a imigração – como uma causa central de seus problemas, do desemprego, da queda do nível de renda e de vida. Auxiliam nesse impulso os partidos de direita e a grande mídia. O Brexit tem por baixo razões muito similares ao quadro encontrado no restante da Europa, que explica o surgimento de partidos de extrema direita e xenófobos.

NEM BREXIT NEM UE COMO ELA É

As organizações socialistas e de esquerda não podem ser favoráveis ao Brexit, porque essa separação tem um claro cará-

As organizações socialistas e de esquerda não podem ser favoráveis ao Brexit, porque essa separação tem um claro caráter de retrocesso, de hostilidade para com os imigrantes e de levantar mais barreiras entre os povos

ter de retrocesso, de hostilidade para com os imigrantes, de levantar mais barreiras entre os povos. A posição do movimento socialista sempre foi pelo fim dos muros que separam os povos. Os movimentos sociais e a esquerda socialista, apesar de entenderem que a campanha pelo Brexit carrega também uma rejeição à desindustrialização, à perda de milhões de empregos, à queda do nível de renda dos trabalhadores, não pode concordar com a pregação de que o empobrecimento dos trabalhadores seja de responsabilidade dos imigrantes e apoiar essa separação. Essa responsabilidade não é dos imigrantes, mas do grande capital, que fecha empresas, as envia para fora do país, gera desemprego, reduz salários e gera desigualdade e pobreza. Tampouco somos a favor de dificultar o acesso de estrangeiros ao país. O livre trânsito de pessoas dentro da UE é uma conquista civilizatória da qual não se deve recuar, mas também não se pode apoiar a UE como ela é. Esse bloco econômico não foi construído no interesse dos povos de seus países, mas como um mercado comum para fortalecer os capitais dos maiores países europeus, enfraquecidos na Segunda Guerra, frente ao capital norte-americano, predominante após aquele conflito. As empresas dos países maiores do bloco também exploram e impõem condições desfavoráveis aos países mais fracos. O livre trânsito de cidadãos de países periféricos no bloco muitas vezes é usado apenas para rebaixar os salários dos trabalhadores dos países maiores.

O movimento socialista propõe outra unidade, de igualdade real nas trocas, de solidariedade e ajuda dos países mais fortes aos países menores, de democracia real nas decisões e antes de tudo de igualdade real e fraternidade entre os povos de todos os países.



Robério Paulino é professor da UFRN, fundador do PSOL. Em 2019, realizou estágio pós-doutoral

na SOAS, University of London, Inglaterra.

Cristina Kirchner e Alberto Fernández durante a campanha eleitoral

Novos ventos nas eleições na Argentina

Saudado como a grande novidade do continente em 2015, Maurício Macri deixa como legado um desastre econômico e social de grandes proporções. É difícil falar em nova onda continental, mas a vitória peronista no país vizinho mostra que a segunda onda neoliberal no continente vive crescentes questionamentos populares

Monique Lemos

No último dia 27 de outubro, a Argentina elegeu um novo presidente, Alberto Fernández. Junto com ele e a ex-presidenta Cristina F. Kirchner, um grupo de políticos de diversas correntes ideológicas formaram uma coalizão política nomeada Frente de Todos. Desde a criação no início deste ano, a frente chama atenção por coexistir junto a peronistas tradicionais, peronistas modernos, representantes de uma juventude ligada ao radicalismo e outra ligada à militância de base. O objetivo dessa nova coalizão (segundo os discursos dos próprios integrantes) será reconstruir a política econômica argentina e motivar o desenvolvimento social abandonado pelo governo de Maurício Macri. O slogan principal será: Argentina de pé!

A partir do final da tarde do dia das eleições, no bairro de Chacarita, um dos mais tradicionais da cidade, milhares de pessoas se reuniram para esperar os resultados do primeiro turno. A expectativa era de que a fórmula Fernandez-Fernandez ganhasse com mais de 10 pontos de diferença. Não obstante, conseguiram alcançar uma diferença de 8 pontos, uma surpresa para os presentes, mas ainda sim uma grande vitória. A campanha Sim, podemos, do macrismo, conquistou mais votos do que se imaginava durante as semanas anteriores à eleição. Dois de seus principais gritos foram: “Macri vai virar” e “Que cristina seja presa”. Uma mistura de ataque pessoal e frases de estilo coach motivacional, grande marca do estilo macrista.

ABISMO ECONÔMICO-SOCIAL

Mesmo com a surpresa dos números finais (48,24% contra 40,28%), na rua se escutavam os cantos peronistas (nome dado aos seguidores do ex-presidente Juan Domínguez Perón), os gritos enfáticos dos camporistas (integrantes e admiradores do grupo de jovens militantes La Campora, liderado por Máximo Kirchner, filho da vice-presidenta eleita) e kirchneristas-albertistas em geral. De um lado argentinos, argentinas e migrantes receberam a notícia de que Alberto e Cristina iriam governar o país pelos próximos quatro anos e, de outro, Maurício Macri aceitava a derrota com um discurso disposto em ajudar a que nova fórmula chegue ao

O novo governo deve renegociar a maior dívida externa adquirida com o FMI na história do país. O total soma 47% do que o Fundo tem emprestado atualmente a diversos países. Entre as principais iniciativas estão enfrentar o aumento significativo da pobreza e da taxa de desemprego nos últimos 30 meses; estabilizar uma inflação anual que chega a mais de 40%; e transformar uma economia dolarizada e pouco confiável em uma economia com políticas que tendem ao mercado interno

poder com condições básicas para governar e tirar o país do abismo econômico-social legado pelo governo Macri.

Para o mundo progressista, esquerdista ou mesmo o mundo dos pequenos comerciantes, operários, pobres, migrantes e de dissidências, a vitória da Frente de Todos foi um alívio e um sopro de esperança política. O novo governo deve renegociar a maior dívida externa adquirida com o FMI na história do país. O total soma 47% do que o Fundo tem emprestado atualmente a diversos países. Enfrentar o aumento significativo da pobreza e da taxa de desemprego nos últimos 30 meses; estabilizar uma inflação anual que chega a mais de 40%; e transformar uma economia dolarizada e pouco confiável em uma economia com políticas que tendem ao mercado interno.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Especula-se que os planos de resgate econômico e social de Alberto Fernandez começarão atendendo as pequenas indústrias que fecharam as portas nos últimos dois anos devido ao aumento nas contas de luz, gás e água. A estratégia política também deverá se centrar em conseguir um plano de renegociação da dívida externa e, por último, um consenso sindical múltiplo com todos os setores que coincidam em ativar planos de aumento e reajuste salarial para aliviar os trabalhadores (o salário mínimo em diversos segmentos está 20% mais baixo em relação ao impacto inflacionário nos bens de consumo básico). É necessário que a medida não sobrecarregue a receita pública já gravemente comprometida.

A política argentina entra em um processo importante de retomada de credibilidades. É necessário que Alberto e Cristina coloquem em prática o que eles mesmos chamam de “pacto social” junto a todos os setores políticos e sociais para recuperar o poder de compra e consumo dos trabalhadores e, principalmente, diminuir o índice de pobreza para pessoas em situação de emergência que não chegam a consumir mais de uma refeição por dia.

GIRO POLÍTICO CONTINENTAL

A vitória de Alberto Fernandez não é só uma esperança política para a Argentina, também é um giro político importante em todo o continente. As manifestações con-



ELINEJUDOMERBA CHÓKITO

A política argentina entra em um processo importante de retomada de credibilidades. É necessário que Alberto e Cristina coloquem em prática o que eles mesmos chamam de “pacto social” junto a todos os setores políticos e sociais para recuperar o poder de compra e consumo dos trabalhadores e principalmente, diminuir os índices de pobreza

tínuas no Chile, o golpe na Bolívia, as denúncias contra Jair Bolsonaro e a ditadura miliciana são claros alertas aos latino-americanos de que os governos neoliberais e com tendências a direita, não atendem as demandas e idiosincrasias dos seus países. Não possuem e não desenvolveram ferramentas de leitura da realidade que se manifestem em políticas públicas que atendam aos setores mais vulneráveis. Os governos continuam sendo para poucos e para os seus.



Monique Lemos é jornalista e integra o Coletivo Passarinho.

MIGRAREFOTO



Cenário regional se alterou significativamente. A maioria dos analistas previa, no início de 2019, que o governo Maduro cairia em poucas semanas. Um ano depois, o preferido dos mercados, Maurício Macri, foi o maior derrotado. A Bolívia vive um golpe brutal. Chile e Equador enfrentam levantes populares e as ruas da Colômbia se agitam. Nesse quadro, como se comporta o governo brasileiro?

O QUE MUDA EM 2020 NA CENA CONTINENTAL?

Gilberto Maringoni

Do início ao final de 2019, a situação política da América do Sul se transformou significativamente. Se em janeiro, a grande pergunta era saber quantas semanas duraria o governo de Nicolás Maduro, em

um continente pautado pela supremacia da direita e da extrema-direita, um ano depois o quadro é outro.

Maduro segue no poder e as ameaças que o rondavam se enfraqueceram (o que não significa dizer que a situação interna seja tranquila). Um dos faróis do ultrali-

beralismo no continente caiu, o governo Maurício Macri, na Argentina. Um golpe brutal, com características miliciano-fundamentalistas derrubou o governo Evo Morales, numa Bolívia em rebelião popular. O outrora tranquilo Chile enfrenta manifestações inéditas num lugar tido como

A instabilidade não é novidade em um continente marcado por abissais desigualdades de classe, étnicas e regionais. A manutenção do que se convencionou chamar de “paz social”, na maior parte das vezes, foi obtida aqui com pesada repressão interna por parte dos aparatos de segurança dos Estados



O Chile vive um impressionante processo de mobilizações populares

vitrine dos ajustes estruturais. O Equador assistiu um levante que colocou o direita Lenin Moreno contra a parede e o Peru se instabilizou em um enfrentamento entre duas facções direitistas, o fujimorismo no Congresso e a alta finança na Presidência. Ivan Duque, o reacionário governante da Colômbia se viu derrotado em eleições municipais nas grandes cidades e tem protestos populares crescentes diante de si. No Uruguai, o resultado eleitoral foi inusitado: deu empate, com vitória final para a direita neoliberal encabeçada por Lacalle Pou, gerando uma situação que se desenhará melhor ao longo de 2020 e pela evolução da crise econômica em seus vizinhos maiores, Argentina e Brasil. E a grande novidade em termos de articulação continental, o Grupo de Lima - formado por 14 países em aliança com a Casa Branca, cujo propósito essencial é isolar a Venezuela - se desmoraliza.

A instabilidade não é novidade em um

continente marcado por abissais desigualdades de classe, étnicas e regionais. A manutenção do que se convencionou chamar de “paz social”, na maior parte das vezes, foi obtida aqui com pesada repressão interna por parte dos aparatos de segurança dos Estados. De tempos em tempos, a tensão social - quando não tem o escoadouro institucional de eleições - explode, mostrando a fragilidade das estruturas legais de cada país. Também não é surpreendente que tais fenômenos sejam muitas vezes concomitantes em vários locais.

ALINHAMENTO AUTOMÁTICO

Nesse quadro todo, como se comporta o Brasil? O novo governo brasileiro inaugurou, em janeiro de 2019, uma diplomacia que vai muito além da submissão total a Washington, marca de pelo menos duas administrações anteriores, a de Eurico Gaspar Dutra (1946-50) e a de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67).

Bolsonaro colocou o Brasil como extensão das diretrizes globais emanadas pelo Departamento de Estado, em uma fase de direitização da política externa dos Estados Unidos. Isso implica um alinhamento passivo e acrítico, que compreende agressividade diplomática para com a China, Irã, Venezuela e aproximação com homólogos ideológicos do presidente brasileiro ao redor do mundo. São os casos, além do próprio Trump, do italiano Matteo Salvini, do húngaro Viktor Orbán e do israelense Benjamin “Bibi” Netanyahu. Todos enfrentam crises em seus países.

EXPORTANDO O BOLSONARISMO

As intervenções políticas do Brasil na América do Sul ao longo de 2019 foram desastrosas.

Poucos dias após as eleições de 2018, o já indicado ministro da Economia Paulo Guedes, ao ser interpelado por uma jornalista argentina sobre o futuro do Mercosul,

respondeu aos berros: “Não é prioridade! Não é prioridade!”. Mesmo a diplomacia do governo Macri, com muita proximidade política ao recém-eleito, ficou surpresa.

Ainda antes da posse, o eleito atacou violentamente os profissionais cubanos que participavam desde 2013 do programa “Mais Médicos”. A alegação é que os caribenhos teriam vindo para formar “núcleos de guerrilha” no Brasil. Em 13 novembro de 2018, o governo da Ilha decidiu sair do programa, citando “referências diretas, depreciativas e ameaçadoras” feitas pelo chefe do Executivo eleito.

No segundo mês de mandato, Bolsonaro somou-se às articulações dos Estados Unidos, da Colômbia e do Grupo de Lima - conjunto de governos que se opõem ao governo de Nicolás Maduro - na tentativa de realizar uma provocação à Venezuela, com consequências imprevisíveis. O chanceler e o vice-presidente brasileiro chegaram a ir a Cúcuta, fronteira entre Colômbia e Venezuela, em 23 de fevereiro, para a montagem de uma suposta operação de ajuda humanitária. Era uma tentativa de golpe, que logo malogrou. Dois meses depois, em novo intento, o líder opositorista Juan Guaidó busca sublevar uma base aérea em Caracas e é rechaçado. Nos dois episódios, o apoio brasileiro foi irrestrito.

A tais trapalhadas se somaria a invasão da embaixada venezuelana em Brasília, no mês de novembro. O episódio tem raízes obscuras, mas foi nítido a condescendência do Itamaraty e das forças de segurança brasileiras em reprimir a ação ilegal.

Bolsonaro visitou a Argentina, na primeira semana de junho de 2019. Entre carnes nobres e tintos de qualidade, o brasileiro declarou apoio incondicional a Mauricio Macri nas eleições.

Derrotado Macri, Bolsonaro recusou-se a cumprimentar o novo presidente do terceiro maior parceiro comercial do Brasil. O gesto mostra-se ainda mais inusitado quando comparado às saudações feitas pela Casa Branca.

Em relação ao Chile, Jair Bolsonaro investiu pesadamente contra a ex-presidenta Michelle Bachelet, alta comissária de Direitos Humanos da ONU, no início de setembro. O ultradireitista acusou Bachelet de ingerência indevida, após esta declarar a “redução do espaço cívico e democrático” no Brasil para a fiscalização de abusos em crimes de direitos humanos.

O novo governo brasileiro inaugurou, em janeiro de 2019, uma diplomacia que vai muito além da submissão total a Washington, marca de pelo menos duas administrações anteriores, a de Eurico Gaspar Dutra (1946-50) e a de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-67). Bolsonaro colocou o Brasil como extensão das diretrizes globais emanadas pelo Departamento de Estado

No fim, fica a pergunta: Donald Trump – alardeado como amigo do peito por Jair Bolsonaro – precisa dele agora exatamente para quê?

A campanha peronista



Manifestação da Frente de Esquerda durante a campanha eleitoral argentina

Não contente, atacou o pai, general assassinado pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-89), a quem, volta e meia, elogia. O repúdio foi unânime no país, com condenações que foram da esquerda ao presidente direitista Sebastián Piñera. Este alegou não compartilhar “em absoluto a alusão feita pelo presidente Bolsonaro a uma ex-presidenta do Chile e, especialmente, a um assunto tão doloroso quanto a morte de seu pai”.

Pela somatória de impropriedades continentais, o candidato de direita à presidência do Uruguai, Luis Lacalle Pou, rejeitou o apoio externado por Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais daquele país. No caso do golpe na Bolívia, o Brasil reconheceu o autoproclamado novo governo pouco mais de 48 horas após a renúncia de Evo Morales. Ainda não está clara a influência de Brasília nas violentas mudanças ocorridas no país.

ISOLADO E INÚTIL

Bolsonaro não tem um projeto definido para o continente. Em maio, ele, Macri, Piñera e Iván Duque (Colômbia) assinaram a Declaração de Santiago, lançando o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul). Além de declarações vagas, há pouca coisa definida até agora, além da virtual dissolução da Unasul, lançada em 2008, durante o ciclo de governos progressistas na região.

A conduta errática e fora dos padrões

correntes da política externa brasileira tem levado ao crescente isolamento do país na região. Ninguém tem Bolsonaro como interlocutor sério e todos querem distância do miliciano.

Ao tomar partido em disputas internas de outros países, o brasileiro se torna disfuncional às próprias intenções de isolar a esquerda. Aliás, torna-se disfuncional para as duas tarefas que a Casa Branca tacitamente esperava verem cumpridas por Bolsonaro – a derrubada de Maduro e a contenção da China na região. Ambas malograram. Em seu malogrado périplo pelo Oriente e Oriente Médio e na reunião do BRICS, Bolsonaro derreteu-se em mesuras com Xi Jinping. Aceitou abrir o mercado brasileiro para a tecnologia 5G chinesa, fulcro da guerra comercial entre o gigante asiático e os Estados Unidos.

No fim, fica a pergunta: Donald Trump – alardeado como o amigo do peito – precisa dele agora exatamente para quê?



Gilberto Maringoni é professor do curso de Relações Internacionais da UFABC. Este artigo

é baseado em texto produzido com a colaboração de João Victor Pennacchio, Letícia Silva Ribeiro, Desiré Santil e Paulo Henrique Campos Gal, estudantes do mesmo curso.

CORINGA

fogo no circo assusta o andar de cima

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas às margens que o comprimem.”

Bertold Brecht

João Paulo Rillo

Depois de dez dias em cartaz, fui assistir ao filme *Coringa* e notei relativo esvaziamento nas salas de exibição. Já era recorde de público no mundo inteiro, por isso estranhei a não lotação. Sucessos inferiores de bilheteria levaram grande público por mais tempo às salas dos *shoppings* paulistas.

O estranhamento durou pouco. Logo, fui abduzido pela magia da sétima arte, comi um saco de pipoca e aproveitei cada segundo da obra projetada na tela.

Tudo é encantador, o roteiro, a fotografia e a brilhante interpretação de Joaquin Phoenix. O filme é sensível e profundo. Traduz com exatidão e urgência os conflitos e as letais doenças sociais produzidas pelo capitalismo.

Passei a indicar a fita aos amigos e conhecidos. E encontrei a mesma resistência e preocupação em várias pessoas: "Ah, mas não é muito violento?".

Eis a principal razão do esvaziamento precoce das confortáveis salas de cinemas.

Os mesmos que naturalizam a violência real contra pretos e pobres e inflam o peito para dizer que "passou da hora de adotar a pena de morte neste país", assustaram-se ao verem desmoronar a ilusão pré-concebida do super-herói. Passaram a difamar e a demonizar o filme que tanto os incomodou.

Nenhuma tese sociológica explicaria de forma tão impactante o caos que a indiferença social pode causar.

IMPREVISÍVEL E PERIGOSO

O protagonista é o anti-herói, um cidadão emocionalmente quebrado, perturbado e completamente solitário.

À medida que a sociedade do consumo empurra tudo que não é espelho para a margem, cria um ambiente paralelo extremamente imprevisível e perigoso. Quem não se sente parte do mundo oficial não tem compromisso com ele. Esse é o detalhe sórdido que a burguesia produz e não admite.

Longe de ser panfletário e avesso ao maniqueísmo trivial dos filmes de heróis, *Coringa* é extremamente poético e assume lado nessa atmosfera de ódio e intolerância que acomete o mundo em seus quatro cantos.

Denuncia a degradação do tecido social e a ausência de Estado na vida dos mais desprovidos de renda e afeto.

Os mesmos que naturalizam a violência real contra pretos e pobres e inflam o peito para dizer que "passou da hora de adotar a pena de morte neste país", assustaram-se ao verem desmoronar a ilusão pré-concebida do super-herói. Passaram a difamar e a demonizar o filme que tanto os incomodou

Incomoda os opressores e os aliados. Impossível não se mexer na poltrona, não se sentir opressor ou cúmplice pelo menos uma única vez durante a exibição.

O riso desesperado do protagonista -

inconsciente do papel político - desperta indignação e insurgência aos moradores da cidade. O filme desvenda, de maneira genial, a origem da violência e radicaliza a problemática do germinar da semente ao desmoronar da árvore.

O espectador é tirado da zona de conforto e apresenta uma perspectiva utópica e revolucionária. No meio do caos econômico e social que vive a cidade, o filme propõe que uma classe derrote a outra. Que os muitos ricos e opressores paguem com a própria vida todo mal que causaram ao mundo.

PALHAÇO DOUTRINADOR?

Um final apoteótico para alguns e aterrador para outros.

Por isso que parte da burguesia nacional passou a militar contra o filme, dizendo se tratar de um palhaço marxista e doutrinador.

Incapaz de olhar em torno e assumir a responsabilidade nessa tragédia social, a burguesia histórica prefere eleger fantasmas e confundir a realidade.

Para essa gente, a culpa é sempre dos outros; dos pobres, dos pretos, dos marginais, das prostitutas, dos gays e dos comunistas.

Uma obra de arte verdadeira carrega sempre uma beleza livre e subjetiva aos olhos de quem aprecia. Cada um entende como quiser a narrativa exposta. Eu gosto da metáfora de que precisamos derrotar tudo que nos faz sofrer. Como alcançar esse objetivo é a busca diária dos que lutam por um mundo menos injusto.

O caos na velha Gotham City, fez-me lembrar de uma frase do jurista e ex-governador de São Paulo Claudio Lembo sobre os ataques do PCC em 2006:

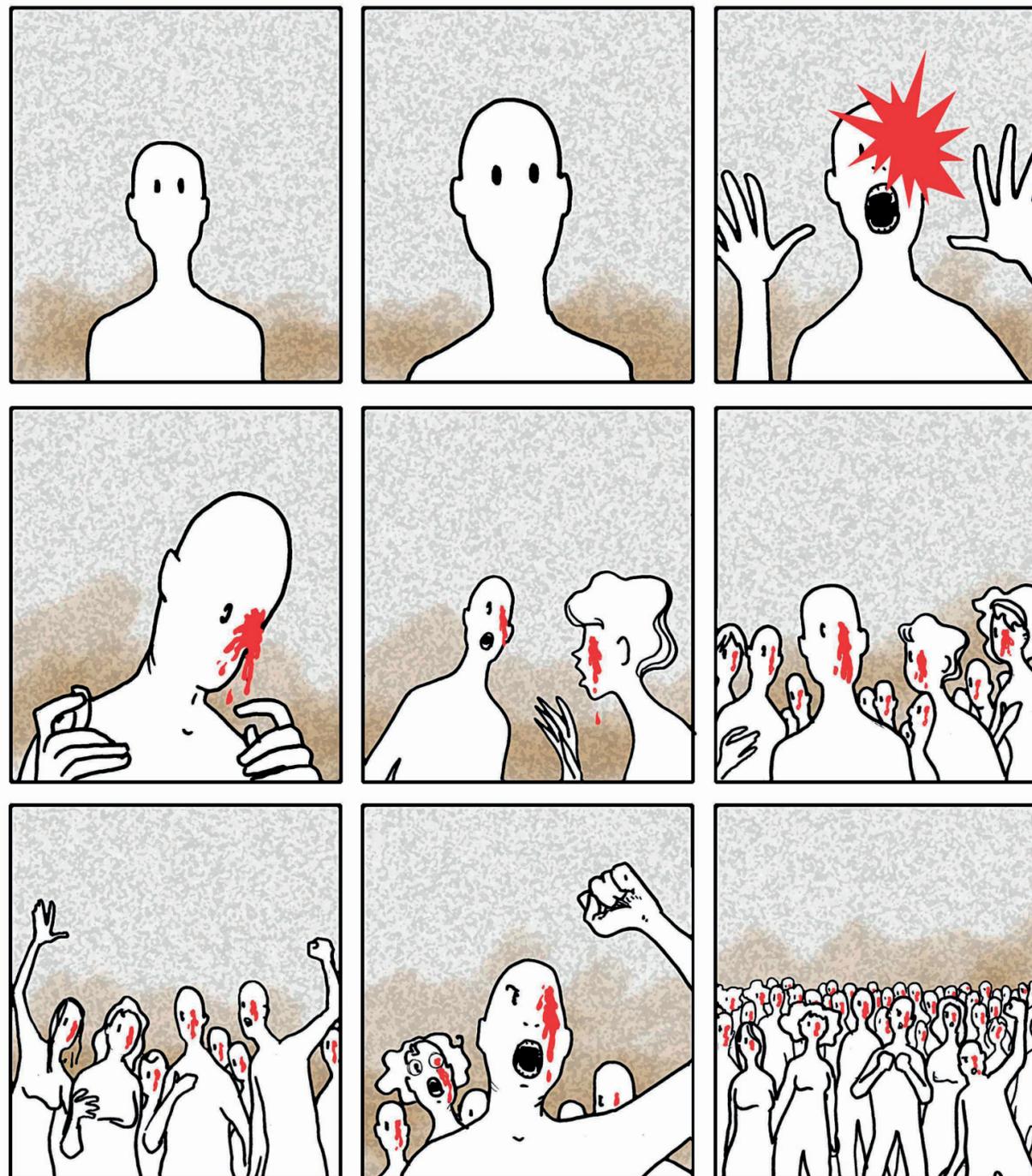
"Nós temos uma burguesia muito má, uma minoria branca muito perversa. A bolsa da burguesia vai ter que ser aberta para poder sustentar a miséria social brasileira no sentido de haver mais empregos, mais educação, mais solidariedade, mais diálogo e reciprocidade de situações."

Em tempo, Claudio Lembo não é um marxista, muito pelo contrário, é um liberal clássico.



João Paulo Rillo é advogado e ex-deputado estadual (PSOL-SP)

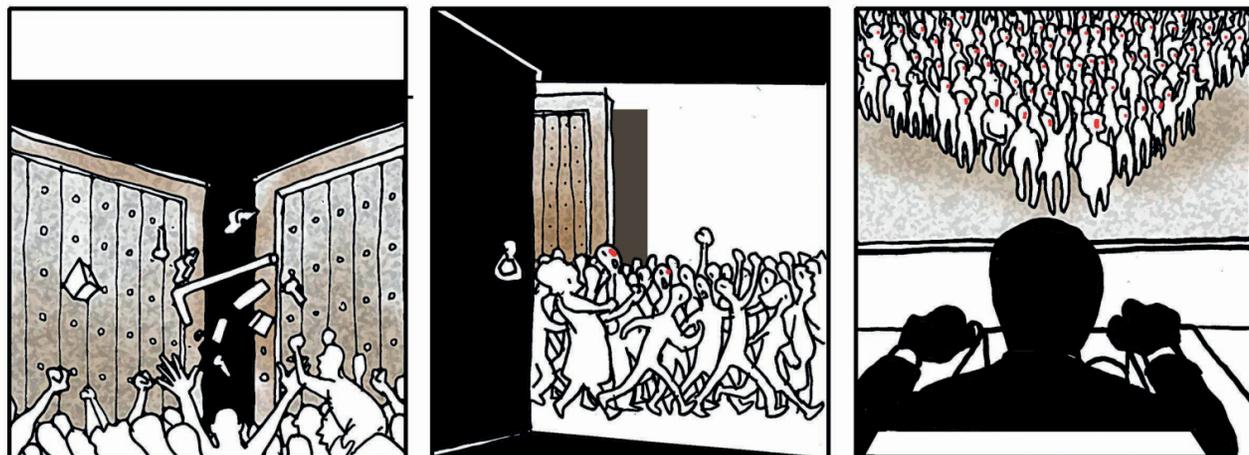
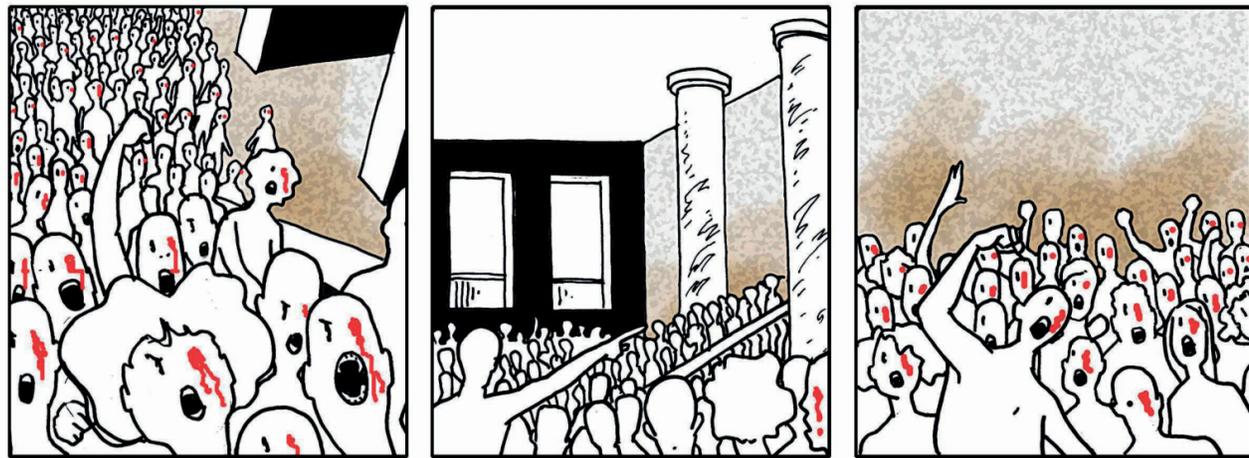
E agora, lembremo-nos do Chile...



SENTIDOS

MARVIN NEONI





FLCMF FECHA PARCERIA COM OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA POLICIAL E DIREITOS HUMANOS - OVP-DH

A Fundação **LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO** firmou uma parceria com o Observatório da Violência Policial e Direitos humanos para manutenção e ampliação de um sistema de mapeamento e cadastramento da violência policial no Brasil. Esse sistema, que terá um canal anônimo de denúncias, tem metodologia científica aplicada por vários profissionais para sistematizar e analisar os dados sobre as diversas violências cometidas por parte dos agentes do Estado. Com isso, a **FLCMF** tenta contribuir contra a barbaridade cometida em Paraisópolis (SP) que matou 9 jovens.



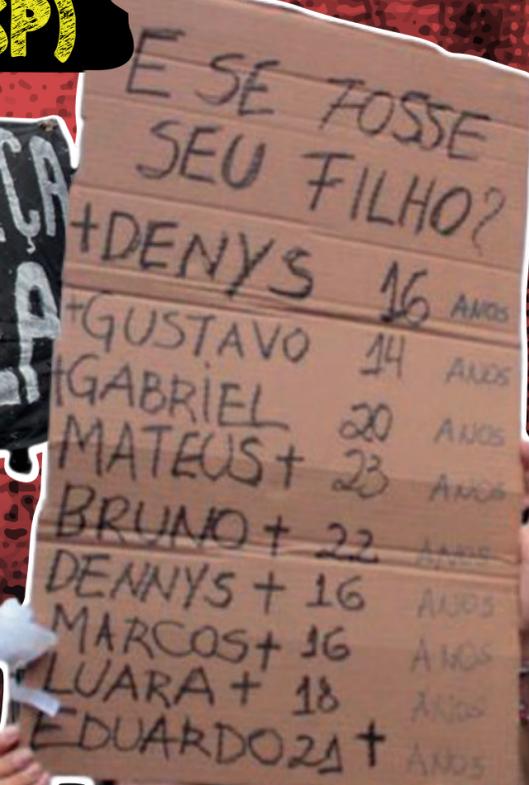
Que genocídios como o de

PARAISÓPOLIS (SP)



NUNCA MAIS

ACONTEÇAM!



MULHER, RAÇA E CLASSE

CURSO DE **VERÃO** DA FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO

**FEVEREIRO
DE 2020**

EM **SÃO PAULO (SP)**

INSCREVA-SE EM:

[HTTP://ABRE.AI/CURSOSFLCMF](http://abre.ai/cursosflcmf)



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**

MAIS INFORMAÇÕES EM WWW.FLCMF.ORG.BR

